



**DIRETRIZES POLÍTICAS E PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
CONTEXTUALIZADA EM ALTERNÂNCIA DA REDE DAS ESCOLAS FAMÍLIAS  
AGRÍCOLAS INTEGRADAS DO SEMIÁRIDO - REFAISA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO - PRPPGI  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL - PPGExR  
MESTRADO PROFISSIONAL  
REDE DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS INTEGRADAS DO SEMIÁRIDO - REFAISA

TIAGO PEREIRA DA COSTA  
HELDER RIBEIRO FREITAS  
CRISTIANE MORAES MARINHO

**Diretrizes Políticas e Pedagógicas da Educação Profissional Contextualizada em Alternância da Rede  
das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido - REFAISA**

1ª edição

Juazeiro, Bahia

2018

## **Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF**

### **Prof. Dr. Julianeli Tolentino de Lima**

Reitor

### **Profª. Dra. Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira**

Pro Reitora de Extensão

### **Profª. Dra. Márcia Bento Moreira**

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Extensão Rural

### **Profº. Dr. Helder Ribeiro Freitas**

Orientador

### **Profª. Mrs. Cristiane Moraes Marinho.**

Co-orientadora

## **Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido - REFAISA**

### **Ana Carla Pereira de Souza**

Diretora – Presidenta

### **Tiago Pereira da Costa**

Diretor – Secretário

### **José Adriano de Oliveira Mota**

Diretor – Tesoureiro

### **José Francisco de Andrade**

Diretor – Suplente

### **Marcos André de Oliveira**

Gerente Administrativo

### **Projeto Gráfico e Ilustrações**

William França – Imburanatec Design

### **Fotos**

Acervo REFAISA

S837e

Costa, Tiago Pereira da. Freitas, Helder Ribeiro. Marinho, Cristiane Moraes.

Diretrizes Políticas e Pedagógicas da Educação Profissional Contextualizada em Alternância da Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido – REFAISA / Tiago Pereira da Costa. -- Juazeiro, 2018.

115 p. : 19x24 cm

ISBN 978-65-900055-0-2

1. Educação do Campo. 2. Pedagogia da Alternância. 3. Educação Profissional - Formação. 4. Escolas Famílias Agrícolas I. Título. II. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 370.19346

## PREFÁCIO

O Livro **“Diretrizes Políticas e Pedagógicas da Educação Profissional Contextualizada em Alternância da Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semi-Árido – REFAISA”** vem em boa hora quando se sabe que em 2019 se comemoram os cinquenta anos de funcionamento da primeira Escola Família Agrícola – EFA - no Brasil. De fato, no ano de 1969, na comunidade de Olivânia, município de Anchieta, no sul do Estado do Espírito Santo, nascia concretamente uma experiência inovadora e pioneira de Educação do Campo no Brasil. O fato podia passar despercebido ou pelo menos chamar pouco a atenção se não representasse por si mesmo uma extraordinária lição de resistência e perseverança num país que nunca teve a educação entre suas principais prioridades e muito menos ainda a Educação do Campo, historicamente confinada aos últimos degraus das preocupações oficiais do Estado.

De fato, a histórica EFA de Olivânia, do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo - MEPES, ia passar ao longo dos anos por diferentes fases, para se tornar hoje em dia um estabelecimento escolar oferecendo aos jovens de sua região um ensino contextualizado em regime de alternância, integrando o Ensino Médio à Educação Profissional de Nível Médio em Agropecuária. Mas a sua maior importância foi de ter sido sempre precursora de um movimento multiplicador que hoje conta com mais de cento e cinquenta unidades espalhadas pela maioria dos Estados da Federação, tendo oferecido e continuando a oferecer ao campo brasileiro um contingente elevado de jovens profissionalmente de ótimo nível e imbuídos de profundo espírito cidadão.

O trabalho de pesquisa ora apresentado pelo mestrando Tiago Pereira da Costa é testemunho, pela sua própria essência acadêmica, da vitalidade do Movimento EFA no Brasil. Ele vem dar continuidade e consistência há sempre crescente pesquisa científica sobre o que se pode chamar de “sistema EFA” tendo a Pedagogia da Alternância como um de seus princípios fundamentais. Vem confirmar uma tradição



inaugurada em 1977 pelo Prof. Dr. Paolo Nosella ao defender sua dissertação de Mestrado na PUC – SP intitulada **“UMA NOVA EDUCAÇÃO PARA O MEIO RURAL: sistematização e problematização da experiência educacional das Escolas da Família Agrícola do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo”** sob a orientação do Prof. Dr. Dermeval Saviani. Tido como o primeiro trabalho acadêmico sobre a EFA e a Pedagogia da Alternância no Brasil, foi publicado pela EDUFES em 2012 sob o título **“Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil”**. Desde então os estudos sobre a Pedagogia da Alternância vêm se aprofundando de maneira significativa, ganhando em importância e volume, tanto na própria graduação bem como na pós-graduação universitária.

O Movimento EFA no Brasil desde cedo enxergou a importância da parceria com a Universidade, consciente de que, em se tratando de educação, havia ali um terreno fértil e incontornável para o seu fortalecimento, para a expansão e multiplicação dessa experiência tão promissora para o campo brasileiro, tradicionalmente carente de maiores atenções por parte do Estado. Nascia uma parceria que tinha, todavia, como uma de suas características mais básicas, um intercâmbio honesto e respeitoso dos valores, princípios e saberes recíprocos, só assim verdadeiramente enriquecedor para ambas as partes.

Ao revelar os resultados de uma pesquisa exaustiva sobre o trabalho em rede realizado pela REFAISA em torno da Alternância Educativa, o Livro tem o mérito incontestável de afirmar mais uma vez o modelo diferenciado de se fazer educação escolar praticado pelas EFA's. Muito mais do que um simples método, a experiência se tornou ao longo do tempo um verdadeiro sistema educativo em que pese, entre outros fatores, a participação ativa de todos os seus atores como suporte associativo e pedagógico indispensável à sua coerência.

Nunca é demais lembrar de que o movimento nasceu a partir de uma demanda social gritante por parte de famílias camponesas amargando uma situação de abandono, gerando sentimentos de exclusão e de

isolamento cada vez mais fortes. Da tentativa humilde de resposta à essa demanda surgiu e se desenvolveu uma nova perspectiva de estudo e de vida digna no campo, firmando-se como pioneira de um conceito diferente de Educação do e no Campo, opondo-se ao modelo vigente de Educação Rural, baseada em práticas condescendentes, urbanocêntricas e de incentivo ao êxodo rural.

Neste sentido, a importante contribuição das EFA's na construção de uma renovada Educação do Campo no Brasil nunca poderá ser negada, principalmente diante do desafio que representam neste país as desigualdades sociais alimentadas secularmente pela problemática cada vez mais violenta da posse e do uso da terra e pelo avanço mais recente do agronegócio excludente e ambientalmente destruidor.

O autor ainda nos lembra oportunamente de que embora a Alternância Educativa tenha conquistado, a duras penas, alguns marcos legais importantes ao longo dos últimos anos, resultando numa maior contribuição governamental, as EFA's ainda se veem confrontadas com graves problemas de ordem econômica, o que tem dificultado em demasia a plena vivência de seus princípios fundamentais e impedido um avanço maior na consecução de seus objetivos mais prementes.

Oxalá a leitura e o uso deste Livro possam contribuir a despertar na juventude o interesse pela Educação contextualizada como um todo e pelas EFA's e sua Pedagogia da Alternância em particular para que o campo brasileiro se torne realmente um lugar bom de se viver, beneficiário do apoio justo e merecido do Poder Público!

Brotas de Macaúbas-BA, 08 de novembro de 2018.

Thierry De Burghgrave

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	08
1. INTRODUÇÃO .....	10
2. OBJETIVOS DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL .....	19
3. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO .....	22
4. HISTÓRICO DA REFAISA E OS CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM FUNCIONAMENTO NO ÂMBITO DA REDE .....	25
5. PERFIL DOS PROFISSIONAIS EGRESSOS DAS EFA'S .....	31
6. COMPETÊNCIAS E CAMPO DE ATUAÇÃO .....	35
7. COMPETÊNCIAS ADICIONAIS .....	39
8. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....	41
8.1. Pedagogia da Alternância .....	44
8.2. Pilares, Princípios, Aspectos e Finalidades das Escolas Famílias Agrícolas – EFA's .....	48
8.3. Trabalho como Princípio Educativo .....	59
8.4. Pesquisa e Sistematização .....	64
8.5. Processos de Auto-organização dos Estudantes .....	65
8.6. Relação Escola e Comunidade como Elemento Estratégico .....	66
8.7. Organização dos Tempos Educativos nas EFA's .....	66
9. MATRIZ CURRICULAR: CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONALTÉCNICA DE NÍVEL MÉD AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO .....	69
10. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES .....	72
11. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO .....	78
12. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO .....	83
12.1. Dos Critérios de Avaliação .....	89
12.2. Do Sistema de Avaliação .....	92
12.3. Dos Conceitos e Notas .....	93
12.4. Da Recuperação .....	93
12.5. Do Conselho de Classe .....	96
13. PERFIL DO PESSOAL DOCENTE, APOIO E GESTÃO .....	99
14. CERTIFICADOS E DIPLOMAS A SER EMITIDOS .....	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	106









## APRESENTAÇÃO

Este Livro é parte da pesquisa de Mestrado Profissional em Extensão Rural da Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, no período de agosto de 2016 a dezembro de 2018, com tema de pesquisa: **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTEXTUALIZADA E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: Contribuição da Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido - REFAISA na Formação de Jovens do Campo**, sob orientação do professor Dr. Helder Ribeiro Freitas e co-orientação da professora Ms. Cristiane Moraes Marinho.

A escolha do tema da pesquisa foi uma demanda da Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido - REFAISA.

A experiência de Educação Profissional Contextualizada em Alternância, implementada pelas Escolas Famílias Agrícolas - EFA's há quase duas décadas nos estados da Bahia e Sergipe no âmbito da REFAISA constitui-se em uma proposta concreta de Educação do/no Campo através da Pedagogia da Alternância. Esta tem contribuído com a formação de jovens do campo sem perder de vista sua origem, seus laços

familiares e comunitários, fortalecendo o sentimento de pertencimento com a região em que vivem e sua organização enquanto classe trabalhadora.

Espera-se que essas informações sejam relevantes nos processos de autorização e funcionamento dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio das Escolas Famílias Agrícolas dos estados da Bahia e Sergipe.

Boa Leitura!





# 1 INTRODUÇÃO



*Os muros e as portas das escolas não podem mais representar meios para uma separação e mesmo para um isolamento. Se a função dos muros é de proteger, a das portas consiste essencialmente em evitar-lhes os excessos, sendo ela abertura e não fechamento. A soleira deve ser passada; tanto para que o jovem saia e que o mundo penetre, areje e renove uma atmosfera que pode se tornar muito rapidamente confiada. O papel da instituição educativa, ao contrário de limitar o encontro e a informação, é, sim, de facilitá-la, organizando-a e valorizando-a.*  
André Duffaure.

*Vocês acham suas aulas indispensáveis. Elas lhes conferem majestade. Só a observação e a experiência são formadoras. Todo o resto é só ilusão.*  
Célestin Freinet.

A implantação dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio pelas Escolas Famílias Agrícolas - EFA's, é resultado dos anseios e das demandas dos povos e comunidades tradicionais e rurais (Fundo de Pasto, Ribeirinhos, Assentados da Reforma Agrária, Quilombolas, Indígenas, Camponeses/as, Agricultores/as Familiares, Pescadores/as, etc.), através da necessidade de ter uma Formação Humana Integral.

Esses cursos atendem às especificidades da classe trabalhadora e às perspectivas de integração dos adolescentes e dos jovens ao meio em que vivem de forma sustentável, oferecendo educação escolar contextualizada no/do campo, articulando a formação técnica profissional com o ensino médio. A proposta destes cursos também busca estabelecer uma Educação Profissional Contextualizada com foco na Agroecologia, que contribua com a melhoria das condições de vida das populações da região, por meio da Convivência com o Semiárido e com o Agreste.

Conforme aponta o dicionário da educação do campo (2012, p. 289),

No cenário atual, cabe ainda ressaltar experiências educativas na educação profissional pautadas por outros rumos e fins que não sejam os da reprodução de desigualdades sociais. Como exemplo, a educação profissional reivindicada pelos camponeses, que une a tríade campo, políticas públicas e educação, princípios como: o trabalho como princípio pedagógico, inspirado em Makarenko e Pistrak; o encontro com a educação politécnica; a técnica e a ciência como produtoras de tecnologias sociais; a cultura como princípio pedagógico; e a



relação campo-cidade de modo crítico, ao pensar a totalidade da formação da classe trabalhadora brasileira. Há que se ressaltar que a educação profissional reivindicada pela educação do campo não é a mesma coisa que escola agrícola convencional ou Agrotécnica. Inclui a preparação para diferentes profissões que são necessárias ao desenvolvimento do território camponês, cuja base de desenvolvimento está na agricultura, agroindústria, gestão, educação, saúde, comunicação, etc. E se relaciona ao acesso dos camponeses à educação e particularmente a educação escolar, incluída nela os cursos de educação profissional.

Com isso, esse modelo de educação escolar adotado pelas EFA's, supera as concepções históricas de educação profissionalizante e/ou profissional implementada pelo estado brasileiro há décadas, através da educação rural e bancária, que sempre buscou fragmentar os processos formativos por disciplinas isoladas, cadeias produtivas e/ou por áreas do conhecimento, e assim, formar/qualificar mão de obra para o mercado de trabalho.

Na sociedade que vivemos, em pleno século XXI, num mundo globalizado, os projetos de civilização estão bem claros, de um lado a burguesia enquanto classe, buscam fortalecer o modelo de produção capitalista, do outro, a classe trabalhadora buscam viabilizar a adoção de uma nova forma de produção, geração de trabalho e renda em que os princípios da sustentabilidade ecológica, social, cultural e econômica sejam também contemplados.

O ensino agrícola é pautado, ao longo da republica, nos projetos governamentais de educação rural, pela visão do desenvolvimento a qualquer preço, por promessas que o capitalismo não pode cumprir, apontando para uma pretensa fixação dos trabalhadores no campo, sem qualquer horizonte de mudanças na

posse da terra, ou no modo de produção da existência. (Dicionário da Educação do Campo, 2012, p. 290).

Neste sentido, a pedagogia da alternância ao penetrar as práticas pedagógicas e educativas, contribui, sem dúvidas, há algum tempo, para mexer nas ideias e estruturas vigentes no país, e na educação profissional contextualizada, associada a agroecologia, que, em sua essência, está baseada no manejo ecológico dos recursos naturais, mas que também busca incorporar aspectos sociais, coletivos e participativos.

Para Simões (2007) o ensino médio técnico representa uma estratégia dos jovens trabalhadores muitas vezes imperceptíveis para gestores e legisladores educacionais. Sua importância para os setores populares relativiza questões que do ponto de vista teórico representariam uma subordinação aos interesses do capital, mas que, por outro lado, representam um modo de fortalecer os/as jovens trabalhadores em sua emancipação e desenvolvimento pessoal e coletivo. (SIMÕES, 2007, p. 82).

Continua o autor a dizer, ainda,

[...] que ensino técnico articulado com o ensino médio, preferencialmente integrado, representa para a juventude uma possibilidade que não só colabora na sua questão da sobrevivência econômica e inserção social, como também uma proposta educacional, que na integração de campos do saber, torna-se fundamental para os/as jovens na perspectiva de seu desenvolvimento pessoal e na transformação da realidade social que está inserido. A relação e integração da teoria e prática, do trabalho manual e intelectual, da cultura técnica e a cultura geral, interiorização e objetivação vão representar um avanço conceitual e a materialização de uma proposta pedagógica avançada em direção à politécnica como configuração da educação média de uma sociedade pós-capitalista. (Idem, ibidem, p. 84).

Ao mesmo tempo, o ensino médio técnico é uma experiência na qual os/as jovens, ao se relacionarem com a técnica e a tecnologia, ciência materializada em força produtiva, apreendem o significado formativo do trabalho, não no sentido moralizante que sustentou as políticas educacionais no início no século XX, mas sob o princípio ontológico de que a plena formação humana só pode ser alcançada à medida que o ser desenvolve suas capacidades de decisão e ação sustentadas pela unidade entre trabalho intelectual e manual. (RAMOS, 2008).

Ainda segundo Ramos (2008) não defendemos, com isto, uma formação profissional em detrimento da formação geral, mas uma formação profissional que possibilite aos sujeitos adolescentes e jovens se apropriarem de conhecimentos que estructure sua inserção na vida produtiva dignamente. A negação disto é um projeto para outro país. Este foi um erro cometido no governo de Fernando Henrique Cardoso, inclusive sob orientação dos organismos internacionais, de se implementar no Brasil uma reforma que se implantava pelo mundo a fora. Cada realidade social, cada povo, tem a sua história e a sua necessidade. Portanto, o que vem como reforma em nome da tendência mundial requer muito cuidado.

Ramos (2008) aponta que a partir do Decreto nº 5.154/2004, dispositivo legal cuja formulação se baseou no reconhecimento das necessidades dos trabalhadores, tivemos formas possíveis de se tentar desenvolver a educação integrada, com o objetivo de possibilitar que os sujeitos tenham uma formação que garanta o direito à educação básica, também possibilite a

formação para o exercício profissional e das múltiplas formas de vida digna. Este sentido equivale à indissociabilidade entre educação profissional e educação básica.

No âmbito da política nacional, então, mediante o decreto nº 5.154/2004, foram regulamentadas formas por meio das quais os sistemas educacionais e as escolas podem buscar a realização de uma formação integrada. Formas essas que se definem como integrada, concomitante e subsequente. A forma integrada de oferta do ensino médio com a educação profissional, caso não esteja sustentada por uma concepção de formação omnilateral, é extremamente frágil e não lograria mais do que suas finalidades formais. O conceito de omnilateralidade é de grande importância para a reflexão em torno da educação em Marx. Ele se refere a uma formação humana oposta à formação unilateral provocada pelo trabalho alienado, pela divisão social do trabalho, pelas relações burguesas estranhadas. Entretanto, é preciso dizer que identificamos essa forma como aquela que corresponde às necessidades e aos direitos dos trabalhadores, pelo fato de admitir a realização de um único curso com duração de pelo menos 4 (quatro) anos, possibilitando, ao final, conclusão da educação básica e da educação profissional. (RAMOS, 2008).

Para Ramos (2004) a possibilidade de construção de um projeto de ensino médio técnico no sentido da formação omnilateral exigia superar sua histórica vinculação, mediada ou imediata com o mercado de trabalho e tornar os sujeitos educandos o centro das finalidades dessa etapa da educação básica.



Ao trazerem a agroecologia para centralidade dos cursos de Educação Profissional Contextualizada, tendo esse enfoque como fundante na relação com a terra e com o trabalho, as EFA's, buscam superar esse modelo capitalista, e estabelecer princípios de sustentabilidade e cooperação no meio rural.

Como afirma Leff (2002) a agroecologia é terra, instrumento e alma de produção, onde se plantam novas sementes do saber e do conhecimento, onde enraíza o saber no ser e na terra; é o caldeirão onde se amalgamam saberes e conhecimentos, ciência, tecnologias e práticas, artes e ofícios no forjamento de novo paradigma produtivo e de vida.

Assim, o enfoque agroecológico é inserido no Plano de Formação (Currículo) das EFA's dentro de três dimensões: primeiro enquanto ciência, que dá conta das complexidades dos sistemas que envolvem a vida; segundo enquanto práticas agropecuárias, através dos sistemas de produção apropriados as condições edafoclimáticas de cada região; e terceiro numa perspectiva externa ao ambiente escolar, enquanto projeto de vida e de nação, considerando os cenários de crises e forte ampliação do sistema capitalista no Brasil e no mundo.


A essência da formação nas EFA's permite aos sujeitos do campo, terem outras noções da vida, que se fazem necessário serem superadas através da organização e militância da classe trabalhadora. Na figura nº 01, apresenta-se um resumo dessa concepção na educação profissional.

**Figura 01: Aspectos da Agroecologia nos Cursos de Educação Profissional nas EFA's.**



**Fonte:** Dados da pesquisa, 2017.

Os cursos de Educação Profissional Contextualizada em Alternância estão sendo ofertados conforme identificado neste livro através da Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido - REFAISA, no estado da Bahia e de Sergipe, sobretudo, em regiões de ecossistema Semiárido e Agreste. Nesta região concentram-se as populações mais carente do Brasil, pela falta de oportunidades e em muitos aspectos da vida são marcados pela ausência do estado e a negação de direitos.



Esse modelo de educação do/no campo através da pedagogia da alternância, vem dando resultados consideráveis na formação de profissionais para a vida e para a transformações de suas realidades. Em todos os itinerários formativos das Escolas Famílias Agrícolas se materializam considerando a vocação social, econômica, agrícola, pecuária e não-agropecuária, condições naturais favoráveis ao desenvolvimento local e sustentável, pela diversidade na fauna e na flora, mas, que apresenta carências na formação dos filhos e das filhas dos trabalhadores/as rurais. Assim, as EFA's atendem principalmente as demandas contemporâneas, em vista as crises ambientais, econômicas, políticas, sociais e culturais cada vez mais aguçadas.



# 2 OBJETIVOS DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL





O principal objetivo das Escolas Famílias Agrícolas - EFA's, é promover a Educação Escolar Contextualizada do/no Campo, através do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (1º ao 4º ano), além de desenvolver atividades educacionais contextualizadas por meio da pedagogia da alternância, contribuindo para acelerar o desenvolvimento integral, local e sustentável no meio rural na ótica do Bem Viver, sem perder os seus valores históricos e culturais.

Para tanto, as Escolas Famílias Agrícolas - EFA's adotam os seguintes objetivos específicos:

- Oferecer a região, adolescentes e jovens motivados e preparados para que possa estimular e ajudar o desenvolvimento sustentável e solidário do meio em que vivem.
- Possibilitar o conhecimento humano integral capaz de promover um equilíbrio social, dando aos estudantes, às famílias e às comunidades locais meios para encontrarem seus caminhos de forma consciente.
- Envolver as famílias e as comunidades no processo “ensino aprendizagem”, colocando o ambiente familiar e socioprofissional como meio privilegiado da aprendizagem e ampliação do saber.
- Oferecer Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária, Integrado ao Ensino Médio (1º, 2º, 3º e 4º ano) em quatro anos.

- Desenvolver potencialidades para um espírito e atuação crítica sobre a realidade, objetivando a atuação em seu meio de vida.
- Proporcionar aos estudantes do campo a ligação entre escola-família-comunidade através da Pedagogia da Alternância.
- Desenvolver tecnologias adaptadas a região, sendo experimentadas e produzidas nos processos formativos, em sintonia com as demandas das comunidades e da classe trabalhadora.
- Adotar a Educação Contextualizada ao Semiárido, ao Litoral e ao Agreste, tendo a Educação Ambiental como itinerante formativo e a Agroecologia como novo paradigma de Desenvolvimento Local e Sustentável.
- Proporcionar um ambiente educativo fundamentado em princípios de responsabilidade, liberdade, participação e cooperação voltada para o bem comum na perspectiva da Convivência com o Semiárido, com o Litoral e com o Agreste.
- Formar profissionais para prestar relevantes contribuições na região, através das múltiplas formas de atuação.

# 3 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO





Poderão ingressar nos Cursos de Educação Profissional Técnica em Agropecuária Integrada com o Ensino Médio ofertados pelas Escolas Famílias Agrícolas - EFA's adolescentes e jovens que concluíram o Ensino Fundamental II (9º ano) em estabelecimentos de ensino regular, ou transferidos de outros estabelecimentos congêneres. Neste último caso, desde que tenha disponibilidade de voltar para o primeiro ano escolar do Curso de Educação Profissional se veio do ensino médio normal, apresentando os documentos legais, e ser obrigatoriamente de comunidades rurais.

O primeiro passo é no final ou início do ano letivo, preencher a ficha de inscrição, que deve trazer uma descrição da motivação em estudar na Escola Família Agrícola - EFA, assinada pelo adolescente ou jovem, pela família e pela organização local. Essa ficha deve chegar até a escola, seja diretamente ou nas matrículas feitas nas comunidades.


O segundo passo é a presença na Semana de Adaptação e Integração, que faz parte da proposta metodológica e pedagógica adotada por estes estabelecimentos de ensino. Nessa semana, além de serem avaliados pela Convivência e as Habilidades, os inscritos através da ficha, participam de um teste de avaliação de conhecimentos e de uma produção literária. A soma do teste, da redação, da convivência e das habilidades, não pode ser inferior a 6,0 pontos de média final. Caso o/a interessado/a tenha menos de que essa pontuação, a família é chamada na escola e junto com a direção, constrói os encaminhamentos sobre a permanência



ou não no curso. No final da semana de adaptação, é apresentada a lista de pessoas aptas a se matricularem nas EFA's.

O terceiro passo é a matrícula no curso, apresentando a documentação solicitada, a seguir:

**Figura 02: Documentação Solicitada para Matrícula.**

	<b>Comprovante de escolaridade</b>		<b>Cópia do cartão do SUS</b>
	<b>Cópia do RG e CPF</b>		<b>Carta de indicação da entidade parceira da comunidade ou região</b>
	<b>Certidão de Nascimento</b>		<b>Cópia do documento dos responsáveis (CPF e RG)</b>
	<b>2 fotos 3x4</b>		<b>Cópia do NIS</b>
	<b>Comprovante de residência</b>		<b>Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF- DAP</b>

**Fonte:** Dados do Pesquisador, 2018.

# 4 HISTÓRICO DA REFAISA E OS CURSOS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM FUNCIONAMENTO NO ÂMBITO DA REDE



No estado da Bahia, a primeira Escola Família Agrícola começou no município de Brotas de Macaúbas, em 1974, o que incentivou outros municípios a investirem na experiência. A expansão foi grande, surgindo a necessidade de criação de uma Associação Regional que congregasse as associações locais mantenedoras de EFA's existentes, daí o nascimento da Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia - AECOFABA, em 04 de setembro de 1979. E mais tarde a criação da Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido - REFAISA em 1994.

A Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido - REFAISA surgiu a partir da constatação de que várias Escolas Famílias Agrícolas estavam nascendo em uma outra parte geográfica, numa outra parte da Bahia, principalmente na região Norte ou na parte mais ao Norte de Feira de Santana, como por exemplo, surgiu a Escola Família Agrícola da região de Alagoinhas, surgiu a Escola Família Agrícola de Ribeira do Pombal, já tinha surgido a Escola Família Agrícola de Sobradinho, em Monte Santo estava para começar com uma equipe já formada, então havia um reboiço de um movimento dinâmico de surgimento, de nascimento de novas Escolas Famílias Agrícolas nessa região da Bahia, o fato de ser geograficamente distante das Escolas Famílias Agrícolas de Riacho de Santana, ligadas a rede AECOFABA, e com isso algumas escolas estavam isoladas, com pouco contato das outras Escolas Famílias Agrícolas que já tinham uma experiência, que já tinham alguns anos de trabalho na base, isso é um fenômeno inclusive que aconteceu não somente na Bahia, mas aconteceu também em



outros estados do Nordeste, onde escolas nasciam e muitas vezes não se encontravam ou muito pouco dialogavam entre si, muito pouco intercambiavam entre si. O que tinha como consequência principal era uma escola isolada, fechada sobre si, sobre o seu pequeno mundo, não se abrindo para o mundo, não podendo comunicar, trocar ideias, intercambiar, se conhecer melhor, então isso teve como consequência que pouco a pouco a pedagogia também sofreu muito com isso, a qualidade da pedagogia da alternância sofreu muito com isso. (Thierry De Burghgrave, 2018).

Ainda segundo Thierry De Burghgrave, feita essa constatação na Bahia, surgiu então a partir da Escola Família Agrícola da região de Alagoinhas a ideia de juntar essas novas experiências que estavam nascendo, numa rede, para permitir justamente esse intercâmbio, para enriquecer a formação principalmente dos e das monitores/as, mas também das famílias, das associações, dos parceiros das Escolas Famílias Agrícolas, e nasceu então a Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido - REFAISA. É interessante notar que ela não nasceu somente com escolas baianas, por exemplo a uma experiência que nasceu no estado de Sergipe que desde o início fez parte da REFAISA, tem uma escola do Rio Grande do Norte, também fez parte da REFAISA, então na sigla da REFAISA o “I” integrada e o “SA” Semiárido, não é só próprio da Bahia, é de todo o Nordeste.

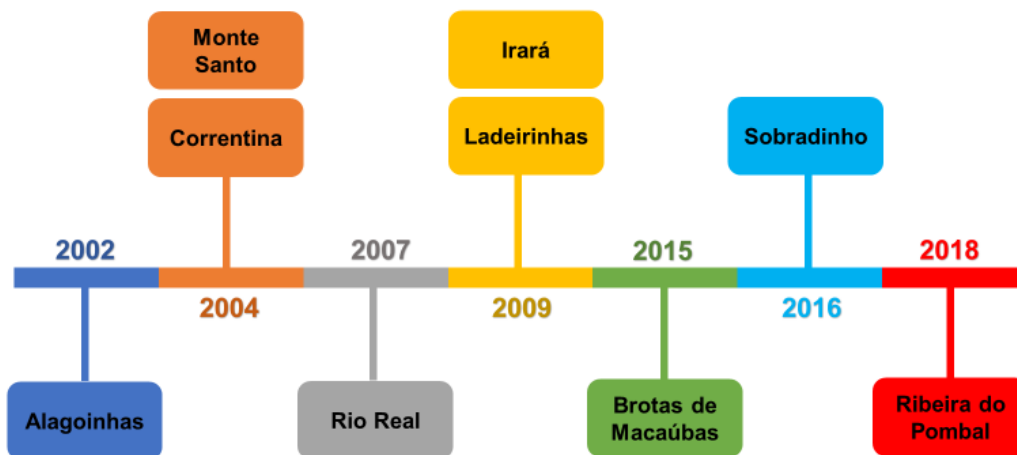
Nas últimas duas décadas as Escolas Famílias Agrícolas passaram a ampliar o processo de escolarização e formação da classe trabalhadora, ofertando os Cursos de Educação



Profissional Integrado ao Ensino Médio, com duração de três ou quatro anos, formando-os/as adolescentes e jovens do campo em Técnicos em Agropecuárias de nível médio, além do Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano).

A seguir, compreenderemos os marcos históricos dessa trajetória educacional, conforme linha do tempo na figura nº 03, e o detalhamento das motivações e formas de atuação das Escolas Famílias Agrícolas de Alagoinhas, Monte Santo, Correntina, Rio Real, Iará, Ladeirinhas, Brotas de Macaúbas e Sobradinho, que fazem parte da rede REFAISA, e já desenvolvem os Cursos de Educação Profissional, sendo essas lócus desse processo investigativo.

**Figura 03: Ano de Início dos Cursos de Educação Profissional nas EFA's da REFAISA.**



Fonte: Dados do Pesquisador, 2018.

Neste período, constatou-se que nove (09) Escolas Famílias Agrícolas da rede REFAISA estão em pleno gozo das prerrogativas legais de oferta. Os cursos são autorizados pelo Conselho Estadual de Educação - CEE, com duração de quatro anos, podendo serem renovados nos últimos seis meses do vencimento da autorização. No quadro nº 01, constam mais informações:

**Quadro 01: Detalhamento do Processo de Autorização dos Cursos e área de atuação das EFA's com Educação Profissional na Bahia e Sergipe**

UNIDADE DE ENSINO	ANO INÍCIO	COD. MEC	AUTORIZAÇÃO CEE	NTE/SEC	TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO
Escola Família Agrícola da Região de Alagoinhas – EFA	2002	29432928	Processo: 8907-6/2010. Parecer: 257/2013. Resolução: 134/2013.	18 – Alagoinhas	Litoral Norte e Agreste Baiano – BA.
Escola Família Agrícola do Sertão – EFASE – Monte Santo	2004	29427223	Processo: 21663-0/2011. Parecer: 128/2014. Resolução: 50/2014.	04 – Serrinha.	Sisal, Piemonte Norte do Itapicuru, Nordeste II, Velho Chico e Chapada Diamantina – BA.
Escola Família Agrícola de Correntina - EFACOR	2004	29377510	Processo: 38912-5/2012. Parecer: 55/2016. Resolução: 25/2016.	23 – Santa Maria da Vitória	Velho Chico, Bacia do Rio Corrente, Bacia do Rio Grande e Bacia do Paramirim
Escola Família Agrícola do Litoral Norte – Rio Real - EFALN	2007	29529026	Processo: 67984-7/2011. Parecer: 61/2016. Resolução: 29/2016.	18 – Alagoinhas	Litoral Norte e Agreste Baiano.
Escola Família Agrícola de Irará – EFAI	2009	29396158	Processo: 7866-0/2016. O primeiro foi em 2013.	19 – Feira de Santana	Portal do Sertão e Litoral Norte – BA.

UNIDADE DE ENSINO	ANO INÍCIO	COD. MEC	AUTORIZAÇÃO CEE	NTE/SEC	TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO
Escola Família Agrícola de Ladeirinhas - EFAL	2009	Cód. INEP 2802 6268	Processo: 18.000.24760/2014-8 Parecer: 242/2015. Resolução: 199/2015.	-	Baixo São Francisco
Escola Família Agrícola Regional de Brotas de Macaúbas – EFAR	2015	29464498	Processo: 22511-2/2014. Parecer: 265/2016. Resolução: 134/2016.	02 – Bom Jesus da Lapa	Velho Chico e Irecê.
Escola Família Agrícola de Sobradinho - EFAS	2016	29397731	Processo: 14577-6/2016. Parecer: 281/2017. Resolução: 156/2017.	10 – Juazeiro /BA.	Sertão do São Francisco e Piemonte Norte do Itapicuru – BA.
Escola Família Agrícola da Região de Cícero Dantas – EFAC	2018	Nível Municipal.	Processo: 52889-5/2013. Parecer: 263/2016. Resolução: 132/2016.	17 – Ribeira do Pombal	Semi-Árido Nordeste II

**Fonte:** Dados do pesquisador, 2018.



# 5 PERFIL DOS PROFISSIONAIS EGRESSOS DAS EFA'S



Segundo Catálogo Nacional de Cursos Técnico (2014) do Ministério da Educação - MEC, e contextualizado com os objetivos de formação nas Escolas Famílias Agrícolas - EFA's, o Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio está ligado ao eixo tecnológico de "Recursos Naturais", o qual compreende tecnologias relacionadas à extração e produção animal, vegetal, aquícola e à preservação da natureza.

Esse abrange prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção de recursos naturais; proteção e preservação de seres vivos e recursos ambientais; e desenvolvimento e utilização de tecnologias de máquinas e implementos. (MEC, 2014).

A organização curricular dos cursos contemplam conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; raciocínio lógico; ciência, tecnologia e inovação; investigação tecnológica; tecnologias sociais, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação e políticas públicas; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; gestão da qualidade; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

Com base no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2014) e nos princípios de formação das EFA's, segue o perfil desses profissionais egressos desses estabelecimentos de ensino em alternância:

- Apresenta melhor espírito de liderança, motivação e empenho profissional.

- Implanta sistemas de produção agropecuária, agroextrativista e técnicas de sistemas orgânicos e agroecológicos de produção.
- Realiza procedimentos de conservação do solo e da água.
- Organiza ações integradas da agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais.
- Desenvolve ações de conservação e armazenamento de matéria-prima, de processamento e industrialização de produtos agroecológicos.
- Opera máquinas e equipamentos agrícolas inerentes ao sistema de produção.
- Orienta na certificação orgânica e agroecológica de forma participativa.
- Maneja de forma sustentável a fertilidade do solo e os recursos naturais.
- Planeja e executa projetos ligados a sistemas de irrigação e uso da água.
- Seleciona e produz (sementes, pastagens, concentrados, sal mineral, medicamentos e vacinas).
- Desenvolve estratégias para reserva de alimentação animal e água.
- Realiza atividades de produção de sementes e mudas, transplântio e plantio.
- Realiza colheita e pós-colheita.
- Realiza trabalhos na área agroindustrial.
- Maneja animais por categoria e finalidade (criação, reprodução, alimentação e sanidade).
- Comercializa produtos de origem animal e vegetal.
- Desenvolve atividade de gestão rural.



- Observa a legislação para produção e comercialização de produtos agropecuários, a legislação ambiental e os procedimentos de segurança no trabalho.
- Projeta instalações rurais.
- Realiza manejo integrado de insetos danosos (organismos predatórios/pragas), doenças e plantas espontâneas.
- Realiza medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais.
- Planeja e efetua atividades de tratamentos culturais.
- Implementa Tecnologias Sociais de Convivência com o Semiárido, com o Litoral e com o Agreste.
- Atua na construção de conhecimentos, assessoria e educação formal e não formal com as metodologias participativas (Extensão Rural, Educação Contextualizada no Campo, Convivência com o Semiárido, com o Litoral e com o Agreste).
- Implanta Unidades de Produção Agropecuária (Banco de Sementes, Fruteiras, Forragem, Hortaliças, Criação de Galinhas, Criação de Caprinos e Ovinos, Compostagem e Biofertilizantes, Pomar, Jardinagem, Reciclagem, Apicultura e Meliponicultura, Viveiro de Produção de Mudas e Matrizeiro de Produção de Estacas).
- Desenvolve ações de preservação, conservação e gestão ambiental.

# 6

## COMPETÊNCIAS E CAMPO DE ATUAÇÃO



Também tomando como ponto de partida o Catálogo Nacional de Cursos Técnico (2014) do Ministério da Educação - MEC, foram sistematizadas ao longo do processo de investigação as competências e campo de atuação dos profissionais formados pelas Escolas Famílias Agrícolas - EFA's. Dentre estes destacam-se aspectos que partem da análise das características econômicas, sociais, ambientais e produtivas, identificando as atividades peculiares em cada contexto de atuação e formação, e nesse sentido, habilita-os/as no planejamento, organização, execução, monitoramento, coordenação e avaliação, tais como as seguintes competências:

- Promoção do manejo sustentável do solo e da água de acordo com suas características edafoclimáticas;
- Desenvolvimento de práticas agroecológicas;
- Construção de alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais;
- Realização de propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação;
- Gestão e orientação dos processos de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais;
- Capacidade de comunicação com os diversos públicos, de forma dialógica e processual.

Tendo como campo de atuação:

- Concepção, execução e coordenação de projetos e tecnologias sociais de Convivência com a região;
- Execução de projeto paisagísticos identificando estilos, modelos, elementos vegetais, materiais e acessórios a serem empregados;
- Identificação de famílias de organismos e microrganismos, diferenciando os benéficos ou maléficos;
- Desenvolvimento de atividades agropecuárias apropriadas à região, aplicando métodos e programas de reprodução animal e de melhoramento genético;
- Elaboração, aplicação e monitoramento de programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção vegetal, animal e agroindustrial;
- Implantação e gerenciamento de sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária;
- Desenvolvimento de práticas de beneficiamento e processamento de produtos agropecuários e não agropecuários;
- Identificação e aplicação de técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos;
- Desenvolvimento, orientação e aplicação de tecnologias sociais de Convivência com o Semiárido, com o Litoral e com o Agreste;




- Projeção e aplicação de inovações nos processos de implantação, monitoramento e gestão de empreendimentos econômicos e solidários;
- Elaboração de relatórios e projetos topográficos e de redução dos impactos ambientais;
- Elaboração de laudos, perícias, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias;
- Desenvolvimento de serviços de Assessoria Técnica e Extensão Rural - ATER, com enfoque participativo, dialógico e humanista;
- Atuação como agente de Desenvolvimento Local e Sustentável, ajudando no desenvolvimento de suas comunidades e da região;
- Assessoramento com associações, cooperativas, grupos de interesse, organizações populares e movimentos sociais em aspectos sociotécnicos e organizativos;
- Planejamento e execução de capacitações, aulas de campo, assessoria e consultoria através de temas de sua competência;
- Atuação profissional em propriedades agropecuárias, em destaque em áreas agroecológicas e/ou orgânicas.

# 7

## COMPETÊNCIAS ADICIONAIS





O perfil do egresso do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, da área de Recursos Naturais das Escolas Famílias Agrícolas - EFA's, visam a formação geral, política, técnica e humanística.

O/a egresso/a deverá executar tarefas de caráter técnica e pedagógica relativas à programação, assessoria técnica, educação popular e acompanhamento de trabalhos agropecuários e não-agropecuárias, orientando os/as agricultores/as e pecuaristas ou aplicando os conhecimentos nas tarefas de relação com a terra e o meio ambiente, destinados ao plantio, tratos culturais e manejos, colheita, beneficiamento e comercialização de espécies vegetais e animais, proporcionando o desenvolvimento da produção agropecuária e, principalmente, para atuar na agricultura familiar e junto aos povos e comunidades tradicionais.



# 8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR





Os cursos são desenvolvidos em quatro (04) anos letivos com direito a terminalidade em Técnico de Nível Médio em Agropecuária. As atividades práticas e pré-profissionais serão desenvolvidas em dois momentos:

- No Tempo Escola - TE, durante o período de aulas teóricas e práticas, com atividades didático-pedagógicas e técnicas, laboratoriais, exercícios práticos diários, aulas de campo e vivências entre os grupos sociais.
- No Tempo Comunidade - TE, com inserção nas comunidades e/ou na propriedade familiar, através do regime de alternância, os/as estudantes desenvolvem os instrumentos pedagógicos, atividades práticas e organizativas. Para cada estudante é obrigatória a integralização da carga horária com as atividades do Tempo Comunidade, nela podendo incluir as horas destinadas ao planejamento, orientação e avaliação das atividades pela equipe de monitores/as e professores/as das EFA's.

A organização curricular dá conta dessa formação integral do ser humano, sem perder de vista a ética, a moral e a sustentabilidade dos processos sociais e produtivos, conforme apontado no relato a seguir.

*A diferença da EFA para uma Escola Técnica que eu vejo, é que nos propomos e fazemos uma formação integral, orientação da parte técnica, a parte da formação humana, ética, moral, ecológica, enquanto que na escola convencional técnica trabalha mesmo a questão técnica profissional, não trabalha a questão*

*da vivência da escola com a família, além disso, na EFA tem no seu dia a dia o campo de experimentação prática, além de trabalhar em sala de aula, tem a propriedade, e aquilo que trabalha em sala de aula pode ver automaticamente aqui na propriedade, enquanto que lá não tem essa ação articulada, é praticamente em sala de aula e os estágios que eles vão fazer numa propriedade privada, que é praticamente no último ano do curso, e na maioria das vezes acaba fazendo esse estágio nas grandes fazendas do agronegócio. (Genivado de Souza Lopes, Diretor da Escola Família Agrícola Padre André de Correntinha Bahia).*

O tempo na comunidade é coordenado e acompanhado por educadores/as (professores/as e monitores/as) ou parceiros locais, designado pela Direção Escolar ou pela Associação Mantenedora, com as seguintes atribuições:

- Aplicar os instrumentos pedagógicos da Pedagogia da Alternância;
- Participar de atividades complementares e interdisciplinares;
- Planejar e avaliar as atividades das práticas;
- Orientar e acompanhar a execução das práticas agropecuárias e não agropecuárias;
- Orientar e acompanhar a execução de práticas sociais e organizativas nas comunidades;
- Desenvolver e divulgar práticas agroecológicas;
- Participar das organizações populares do meio que está inserido;
- Avaliar as atividades, os relatórios e as ações desenvolvidas.

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012) a organização do currículo de ensino médio integrado ao ensino técnico sob os seguintes pressupostos:

a) que conceba o sujeito como **ser histórico-social concreto**, capaz de transformar a realidade em que vive; b) vise à **formação humana** como síntese de formação básica e formação para o trabalho; c) tenha **o trabalho como princípio educativo** no sentido de que o trabalho permite, concretamente, a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências e das artes; d) seja baseado numa **epistemologia** que considere a unidade de conhecimentos gerais e conhecimentos específicos e numa metodologia que permita a identificação das especificidades desses conhecimentos quanto à sua historicidade, finalidades e potencialidades; e) seja baseado numa pedagogia que vise à **construção conjunta de conhecimentos** gerais e específicos, no sentido de que os primeiros fundamentam os segundos e esses evidenciam o caráter produtivo concreto dos primeiros; f) seja centrado nos **fundamentos das diferentes técnicas** que caracterizam o processo de trabalho moderno, tendo como eixos o trabalho, a ciência e a cultura.

## 8.1. PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

A pedagogia da alternância é um dos elementos constitutivos destes Cursos de Educação Profissional, pois garante que os/as estudantes passem parte do tempo na Escola e outro na Comunidade de origem ou em sua propriedade. Também é um dos elementos importantes, pois garante ao trabalhador e a trabalhadora do campo o acesso à Escola sem abandonar o trabalho produtivo.

**Figura 04: Aprendizagem através da pedagogia da alternância**



**Fonte:** Dados do pesquisador, 2018.

Trata-se de uma das metodologias que mais se aproxima com as realidades e necessidades das populações do campo. Neste regime os cursos são ministrados no Tempo Escola - TE e Tempo Comunidade - TC.

Os cursos são anualmente divididos em 10 sessões de 30 dias. Sendo 15 dias por sessão no tempo escola e 15 dias em Tempo

Comunidade. Entretanto, esse período poderá ter certa maleabilidade de acordo com períodos de safra e/ou de lutas e mobilizações, uma vez que os/as educandos/as estão diretamente envolvidos com os processos produtivos/organizativos e também com as atividades de sua organização de base.



Buscando construir o conhecimento com coerência e articulação entre a prática, teoria e prática, pois se entende que a educação se baseia em três pilares: postura, conduta e compromisso com a classe trabalhadora.

A Pedagogia da Alternância é uma alternativa metodológica de formação profissional agropecuária para adolescentes e jovens, inicialmente do sexo masculino, filhos de camponeses que perderam o interesse pelo ensino regular porque este se distanciava totalmente da vida e do trabalho camponês. (RIBEIRO, 2008).

É a alternância que permitiu desenvolver um método pedagógico, tornando assim possível o engajamento dos pais e dos mestres de estágio na formação dos jovens; mas é porque existe uma associação, na qual eles podem se engajar inteiramente, que eles podem participar efetivamente da gestão da Maison Familiale e interagir com os outros sobre a educação de seus filhos. (CHARTIER, 1986, p. 217-218).

Pela alternância entre a teoria e a prática, as Maisons Familiares Rurais auxiliam o/a jovem agricultor/a se adaptar as necessidades de sua terra e não de uma terra abstrata. Os pais aproveitam deste ensino que eles mesmos têm de completar no processo formativo. A alternância entre a teoria e a prática não fornece ao jovem o ensino somente dos livros, mas sobretudo, ela lhe abre um grande laboratório, o único onde a consciência é associação à ação, o livro aberto da natureza. (CHARTIER, 1986).

*No Brasil a educação profissional muitas vezes quer excluir essa formação geral, separar da educação profissional, e as Escolas Famílias Agrícolas partem do princípio seguindo a alternância que a vida ensina tanto quanto a escola, ou seja, se a alternância praticada pelas EFA's não consegue fazer do período em que o/a jovem passa no seu meio sócio profissional na comunidade, na família ou no trabalho, se nesse período da alternância não for tão formativo quanto o período escolar em si presencial na escola, se não conseguir esse equilíbrio, a alternância não está sendo realizada, não há alternância efetiva, a simplesmente uma alternância física, puramente física, não há essa integração, essa copulação entre a vida e o estudo, a vida e o trabalho, a vida e a escola, então a pedagogia da alternância tem como princípio fazer com que haja ao redor da escola uma rede de parceiros que possam colaborar com a escola, para que ela se torne realmente formativa e possa atingir os seus objetivos e formar cidades críticas e atuantes em seu meio. Eu acho que isso é o princípio norteador da pedagogia da alternância, se as famílias, as comunidades, as associações locais, o poder público enxerga a escola, enxerga a alternância como uma escola que só atua durante um período do mês e o outro período os/as estudantes estão de férias ou estão sem atividades, então essa escola que pratica isso fracassou os seus objetivos, com isso, a gente nunca pode perder de vista, a vida ensina tanto quanto a escola, esse é um princípio que a gente nunca pode esquecer e que toma a pedagogia da alternância tão cativante, interessante, mas tão difícil também. (Thierry De Burghgrave, Idealizador da Pedagogia da Alternância no Brasil, Assessor Pedagógico da REFAISA, 2018).*

Nesta perspectiva de integração do mundo rural ao projeto desenvolvimentista de sociedade, caberia à escola garantir alguns princípios básicos, como um desenvolvimento de uma educação ligada à vida e partindo dos problemas do meio, em que a aprendizagem iria se

realizar via atividades concretas, cientificamente trabalhadas, conferindo oportunidades iguais de educação a toda população e ensino geral básico orientando as formações específicas. Para consecução destes princípios propostos, tornavam-se necessárias medida como formação do professor rural consciente de seu papel de animador cultural; utilização de recursos audiovisuais e instrumentos de difusão rápida à grande distância; a integração da escola a comunidade; a assistência social e à saúde; mudanças nos currículos, programas, horários e calendários escolares segundo as necessidades socioeconômicas da região; e, em continuidade ao ensino fundamental, cursos secundários profissionalizantes, com incentivos empregatícios e culturais. Com essas medidas acreditava-se poderem minimizar os problemas básicos da escola rural: a evasão, a repetência e o êxodo de jovens que, seduzidos por novas oportunidades de trabalho e pelo modo de vida no meio urbano, acabavam contribuindo para o aumento da massa de desempregados, ou subempregados, devido ao baixo nível de escolaridade.

## **8.2. PILARES, PRINCÍPIOS, ASPECTOS E FINALIDADES DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS - EFA's**

Segundo a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil - UNEFAB (2017) o grande objetivo das Escolas Famílias Agrícolas - EFA's no Brasil é facilitar os meios e os instrumentos de formação, adequados ao crescimento dos educandos, estes se constituindo os



principais protagonistas da promoção e do desenvolvimento integral (profissional, intelectual, humano, social, econômico, ecológico e espiritual) e de todo o processo de formação, tendo as seguintes características que são quatro **pilares e fundamentos** na formação por alternância, sendo eles: A **Associação**, responsável pela gestão e manutenção das escolas, com a presença intensa das famílias e ex-alunos/as; A **Pedagogia da Alternância**, sendo uma metodologia adequada a educação do/no campo, organizada a partir dos tempos escolas e comunidade, organizados em três etapas sucessivas: a. observar/pesquisar (meio socioprofissional); b. refletir/aprofundar (meio escolar); c. experimentar/transformar (meio sócioprofissional); A **Formação Integral**, considerando a formação do ser humano como um todo, onde além da formação geral e profissional leva em consideração todas as dimensões da pessoa humana, buscando descobrir, valorizar e desenvolver as capacidades de cada pessoa, num tratamento personalizado, através do espírito da iniciativa, criatividade, trabalho de grupo, senso de responsabilidade e de solidariedade, ajudando a construir o Projeto de Vida ou Profissional junto com a família e o meio em que vivem; e por fim, o **Desenvolvimento Local**, tendo o princípio da sustentabilidade e da solidariedade, no processo de formação dos estudantes, das famílias e dos parceiros, tendo como enfoque principal o fortalecimento da agricultura familiar e inserção profissional e empreendedora no meio rural.

De forma mais detalhada, a União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil - UNEFAB (2017), apresenta as descrições a seguir.

1) ASSOCIAÇÃO: A presença de uma Associação responsável nos diversos aspectos: econômicos, jurídicos, e administrativos, assegurando autonomia filosófica e gerencial, ou seja, presença efetiva das famílias.

2) PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: Uma metodologia pedagógica específica, por meio da Alternância Integrativa, alterando momentos no ambiente escolar e momentos no ambiente familiar comunitário, organizados em três etapas sucessivas:

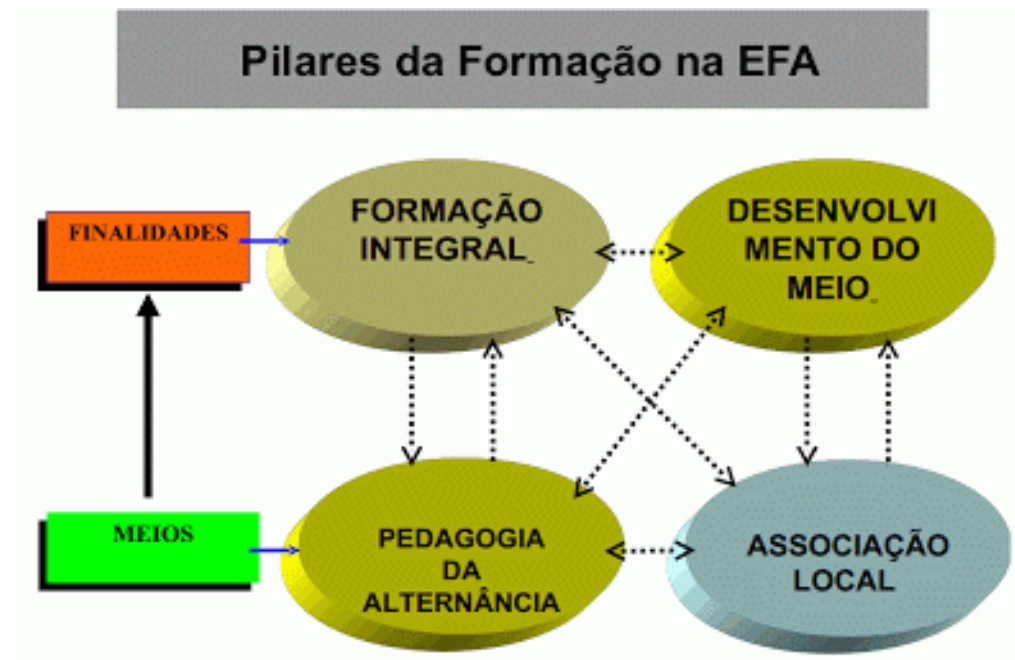
a. observar/pesquisar (meio socioprofissional); b. refletir/aprofundar (meio escolar); c. experimentar/transformar (meio sócioprofissional). Assim, a Pedagogia da Alternância se torna a pedagogia do interesse e do concreto, em que a formação se desenvolve a partir da realidade específica de cada adolescente e jovem, e na troca de experiências com os colegas, famílias, monitores/as, parceiros e etc.

3) FORMAÇÃO INTEGRAL: Promove a educação e formação integral da pessoa, pois considera o ser como um todo. Além da formação geral e profissional leva em consideração todas as dimensões da pessoa humana, buscando descobrir, valorizar e desenvolver as capacidades de cada pessoa, num tratamento personalizado, através do espírito da iniciativa, criatividade, trabalho de grupo, senso de responsabilidade e de solidariedade, ajudando a construir o Projeto de Vida ou Profissional junto com a família e o meio em que vivem.

4) DESENVOLVIMENTO LOCAL: Busca o Desenvolvimento Local Sustentável, através da formação dos adolescentes e jovens, suas famílias e demais atores envolvidos, tendo como enfoque principal o fortalecimento da agricultura familiar e inserção profissional e empreendedora no meio rural. (UNEFAB, 2017, site).

O sucesso da Pedagogia da Alternância só acontece se estes quatro pilares forem desenvolvidos e aplicados conjuntamente, conforme figura nº 05:

**Figura 05: Conexões dos Pilares das Escolas Famílias Agrícolas - EFA's do Brasil.**



**Fonte:** Gimonet (2007, p.15) e site da UNEFAB (<http://www.unefab.org.br>).

Com aplicação desses pilares, no âmbito da educação escolar, as Escolas Famílias Agrícolas - EFA's, foram fundadas com a intenção de discutir as problemáticas do meio rural e apontar soluções para os problemas vivenciados pelas famílias no campo. Também se busca a permanência na terra de modo a conter o êxodo da juventude para a cidade e para, numa relação escola-comunidade, construir novos conhecimentos para fortalecer o campo e a produção com novas tecnologias adaptadas às realidades locais. Para isso, as EFA's apontam para propostas pedagógicas que promovem a produção e sistematização de conhecimentos das famílias sobre a terra, a relação entre indivíduos e os grupos sociais, bem como destes com o ambiente. Nessa perspectiva, insere-se também no Plano de Formação o respeito às identidades e tradições das famílias e comunidades, que vão se perpetuando de geração em geração na quase totalidade pela oralidade.

Tendo como princípio-finalidade uma ação educativa que visa o desenvolvimento local e sustentável, um dos instrumentos pedagógicos que dá conta dessa dimensão é o Projeto Profissional do Jovem - PPJ. Este torna o/a jovem alternante um empreendedor dinâmico ao transformar positivamente a sua realidade, a de sua família e muitas vezes a de sua comunidade, agindo como agente de desenvolvimento comunitário. Ao concretizar isto, a escola sai do seu ambiente interno confinado entre seus muros e se abre para o mundo que fervilha ao seu redor, ganhando assim em legitimidade, credibilidade e visibilidade. Significa para as EFA's, ao oferecer sua experiência em termos de formação de adolescentes e jovens,



fazer parte de um trabalho em rede que visa o desenvolvimento de um determinado território em que cada um dos parceiros traz a sua contribuição específica.

As Escolas Famílias Agrícolas adotam os seguintes **princípios**, que norteiam o pleno funcionamento das Escolas e das Associações Mantenedoras:

- O papel ou função da escola não é só de repassar o código escrito, ensinar a ler e a contar. É, sobretudo, de construir valores e conhecimentos e preparar as pessoas para a vida;
- Acredita-se que as pessoas que aprendem na construção do conhecimento são os/as professores/as, as famílias e os/as estudantes, e todos também ensinam.
- Compreendem o/a professor/a como o/a educador/a desse processo, sendo esses também chamados de monitor/a;
- Acredita-se que os/as estudantes são capazes de elaborar ideias próprias, que já trazem conhecimentos aprendidos na vida familiar, social e de trabalho;
- Acredita-se que os familiares, mesmo analfabetos, têm conhecimento que são importantes e precisam interagir com os conteúdos dos livros e da escola;
- Todos os participantes do processo de construção do conhecimento e de valores são avaliados e se autoavaliam. E a avaliação é do processo, dos conteúdos, da metodologia e é feita de diversas formas com muitos instrumentos de avaliação e atores;
- O conhecimento é considerado como meio, instrumento, oportunidade para a ação

humana, para alcançar o desenvolvimento integral das pessoas e dos territórios onde elas vivem. E que o processo de construção é permanente, durante toda a vida da pessoa, vivendo e aprendendo;

- Acredita-se que o currículo deve englobar não só os conteúdos das disciplinas, como também a concepção filosófica da educação que a escola usa para ensinar. Esta concepção tem que ser clara, transparente, conhecida também pelos estudantes, pelas famílias e pelos parceiros locais;
- Privilegia-se a vida real, o trabalho, as potencialidades das pessoas e do seu território, como objeto do conhecimento;
- Acredita-se que as pessoas são cidadãos desde cedo, e prepara-se a criança e adolescente e jovens para o presente e o futuro, pois esses já são protagonistas na sua família e comunidade;
- Acredita-se que para ensinar bem, a escola deve ter um projeto de vida, de futuro, de como se quer o futuro da região, das comunidades, para que o/a educador/a possa orientar-se no processo de ensino;
- Acredita-se que a educação escolar não é só uma vontade e uma ação do/a educador/a em sala de aula, mas também é uma vontade política e uma ação dos entes públicos e parceiros na formação;
- Acredita-se que os espaços da vida familiar, do trabalho, do mercado, são espaços de

aprendizagens e podem ser explorados para o ensino da Matemática, da Linguagem, da Comunicação, da Geografia, da História, das Ciências, etc;

- Acredita-se que o ensino na escola tem a ver com a visão de pessoa, de mundo e de sociedade e que essa visão deve ser explícita na metodologia, no material didático, assim, o currículo precisa ser explícito;
- Acredita-se que o/a educador/a precisa amar-se a si próprio ou a ser amado por si mesmo, ter autoestima, autoconfiança, autocontrole, pois precisa interagir com as crianças, adolescentes e jovens para que eles também construam esses valores. (BAPTISTA, 2005, p. 27-28).

Ainda segundo García-Marirrodriaga e Puig-Calvó (2010), um CEFFA é um projeto educativo protagonizado por uma associação local que apoia as atividades de formação. E a alternância é, então, um componente de um sistema de formação que contribui para o desenvolvimento em um contexto geográfico, cultural e socioprofissional concreto e que logra a formação de jovens e alunos, assim como sua inserção e qualificação profissional, com os seguintes **aspectos**:

- **Associativo:** para salvaguardar a liberdade de ação, a autonomia e a responsabilidade local, com um papel principal da família. Buscam-se sempre fórmulas radicalmente democráticas e participativas que facilitem os encontros entre pessoas capazes de integrar a escola na vida do meio. O importante, mais além da figura jurídica que se escolha em cada

país, é dispor de um espaço para a discussão sobre o futuro no que se refere a formação das pessoas e ao desenvolvimento local. Mas o marco jurídico é importante porque confere poderes, direitos, deveres e responsabilidades legais, financeiras e morais, a quais não podem renunciar os atores implicados na associação.

- **Educativo:** se cria um clima vital favorável de relações no âmbito escolar como suporte da ação formativa, associando a formação de caráter geral à técnica e profissional que permitem aos jovens afirma-se no seio de um grupo e comprometer-se com o meio. Presta-se um serviço a todos os/as jovens homens e mulheres com diversas modalidades no qual se refere à separação de sexos. Junto com os/as monitores/as, os administradores/as debatem e elaboram projetos pedagógicos, educativos e de promoção em um trabalho cooperativo.
- **Organizativo:** trabalha-se em equipe sem excluir a autoridade legítima. Favorecem-se a responsabilidade e independência do Conselho de Administração da Associação, assim como sua autonomia. Esta formula familiar e profissional é chave para não perder o caráter específico original.
- **Administrativo:** para garantir as relações com as autoridades educativas competentes (sempre necessárias pela necessidade de reconhecimento dos títulos ou diplomas outorgados e de financiamento), e para colaborar com elas apesar das dificuldades que costumam surgir.
- **Cooperativo:** para trabalhar em rede com a União Nacional e com federações territoriais em função das necessidades entendida como prestadora de serviços a seus Centros



Famíliares de Formação por Alternância do Brasil - CEFFA's, que assegure uma unidade de critérios pedagógicos e uma fortaleza suficiente frente aos poderes públicos (um CEFFA ilhado, provavelmente desaparecerá).

- **Promocional:** a associação é, antes de tudo, um espaço de liberdade que pode ter um papel de compromisso de seus membros e que os educam através de sua própria participação na ação. A ocasião de compartilhar o poder educativo desenvolve a capacidade de cidadania de cada um dos atores, especialmente das famílias.
- **Territorial:** o serviço à comunidade e o compromisso com o desenvolvimento local do meio, também do urbano como alternativa aos jovens procedentes no sistema tradicional, estão sempre presentes. Os membros da associação, por sua diversidade de procedência geográfica, integram o CEFFA no território, que sempre responde a suas demandas concretas e lhe convertem em protagonismo de seu desenvolvimento.

Uma das **finalidades** dos CEFFA's é a promoção e o desenvolvimento do meio rural, com isso as associações de cada CEFFA pretendem com o seu trabalho e afirmam com os seus fatos que:

- As escolas não são um fim (e a alternância tampouco), senão um meio para o desenvolvimento pessoal e coletivo;

- Graças à Alternância, se confirma que não somente se educa no período no centro escolar, senão também pela experiência e no contato com o meio. E ambos os elementos de formação são instrumentos complementares da aprendizagem das pessoas;
- Os CEFFA's participam no desenvolvimento do campo, porque integram-se a eles e aos seus sujeitos. Uma Escola localizada no campo e com uma visão humanista, que desenvolvem conhecimentos no diálogo dos saberes e, como consequência, desenvolve também o compromisso do adolescente e jovem com o seu meio (familiar, comunitário, social, cultural, econômico...) converte-se em uma “Escola para a Vida”, que ajuda a formar a personalidade do jovem e lhe capacita para a ação.
- As famílias e os profissionais do meio se envolvem na formação dos estudantes e deles se exige uma reflexão e uma análise conjunta da realidade e de seus problemas que estimulam a busca de soluções. Quer dizer que a comunidade se compromete com a gestão e as atividades educativas e formativas dos CEFFA's e estes com as atividades profissionais, culturais, sociais, etc., da comunidade onde se inserem. (GARCÍA-MARIRRODRIGA E PUIG-CALVÓ, 2010, p. 64).

### **8.3. TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO**

Para as Escolas Famílias Agrícolas - EFA's o trabalho tem valor fundamental, pois, é através do dele que o ser humano transforma a natureza e se transforma, na produção e reprodução de suas condições de existência, se identificando como classe, e é através dele que se gera novas relações e novas consciências, tanto individuais como coletivas.

Destacam-se aqui duas dimensões: acredita-se em uma educação combinada ou articulada ao mundo do trabalho; o trabalho como princípio educativo, significa juntar estudo e trabalho desenvolvendo as várias dimensões da pessoa humana, o trabalho como provocador de novas aprendizagens, com o paradigma prática-teoria-prática, produzindo conhecimento sobre a realidade. Entende-se que o trabalho os identifica como seres humanos por isso tem o trabalho como valor fundamental dentro de qualquer atividade desenvolvida para formação escolar e não escolar.

É a partir desse exercício cotidiano do trabalho, nas tarefas (limpezas, arrumações, organização dos ambientes) e das atividades nos setores de produção, também chamados de laboratórios práticos, desenvolvendo tratos culturais, produção, colheita, transporte e até comercialização, que através da ação-reflexão-ação, os/as estudantes diariamente perpassem ao longo das quinzenas nas escolas, por essas atividades, que inclusive são comuns na família e na comunidade, mas, na maioria das atividades de campo e de manutenção das estruturas,

sobretudo, as tarefas (lavar, passar, etc), pouco são desenvolvidas pelos jovens e adolescentes nas comunidades, sendo esses estimulados a exercitarem no tempo escola, sequenciando no tempo comunidade.

O relato abaixo detalha isso na EFA,

*[...] com relação as práticas agropecuárias os estudantes que saem daqui tem feito esse relato na escola família a gente tem os campos por mais simples que seja mas tem, os campos de práticas, experiências em desenvolver atividades na prática, e que não fique muito teórico, temos diversos setores na propriedade, os setores produtivos e que a escola tem isso como um instrumento de aprendizagem é como um material didático prático, que chamamos de núcleo de aprendizado, que são os setores que eles desenvolvem atividades cotidianas seja da área de animais que temos galinhas, porco, ovelha, gado, abelhas e na agricultura temos horta, pomar, a propriedade de culturas anuais, área irrigada para o período das chuvas, vários setores e a área de pastagem tudo isso possibilita essa vivencia e essa pratica experimentando. (Carlos Alberto, monitor da Escola Família Agrícola de Correntina).*

A seguir, apresenta-se essas atividades práticas, que são inclusive, comuns aos trabalhos desenvolvidos pela classe trabalhadora em regiões do Semiárido, do Litoral e do Agreste, como ilustrado na figura nº 06 a seguir:



Figura 06: Unidades de Produção e Aprendizagem em Agroecologia nas EFA's.



Fonte: COSTA et al., 2017.

Nessa dimensão, as relações de trabalho e educação se articulam com a vocação de cada contexto de atuação das EFA's. Na ilustração acima demonstra os setores/unidades de produção implementados pela EFA de Sobradinho, já no relato abaixo, traz outras atividades produtivas na região da EFA de Alagoinhas, que não são comuns em Sobradinho, a exemplo da bovinocultura e da suinocultura.

*No que diz respeito às práticas pedagógicas diante da realidade que já vivenciei quando aluno e que hoje a gente vem desenvolvendo, essas práticas vêm acontecendo de uma forma bem significativa e bem constante, porque ao longo desse período nós já conseguimos sair um pouco aqui do ambiente da escola para desenvolver atividades fora, o que vem tornar essa formação técnica significativa para esses jovens, além da parte teórica que é desenvolvida ao longo das sessões do tempo escola. A gente consegue distribuir todas as disciplinas com uma carga horária mínima, além de outras que são solicitadas para gente desenvolver ainda mais, porque nem sempre a gente consegue contemplar a teoria e prática apenas da nossa carga horária da matriz curricular, diante disso a gente faz atividades extras, tanto noturnas, além dos serões, ao longo dos turnos matutino e vespertino desenvolver atividades práticas aqui na propriedade, nos setores de produção: de bovinocultura, de suínos, de aves, de horticultura. Realizamos as viagens de estudos, visitas técnicas, estágios, além de outras atividades que nós somos convidados a fazer principalmente nos municípios próximos, que sempre solicita nossa participação em diversas atividades. (Paulo Henrique Silva Araújo, EFA - Alagoinhas, 2017).*

Para Saviani (1989) o trabalho pode ser considerado como princípio educativo em três sentidos diversos, mas articulados entre si:

Num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina, pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto. Nesse sentido, aos modos de produção [...] correspondem modos distintos de educar com uma correspondente forma dominante de educação. [...]. Num segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher em vista da participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. [...]. Finalmente o trabalho é princípio educativo num terceiro sentido, à medida que determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico. (SAVIANI, 1989, p. 1-2).

Para Ferreira e Garcia (2012) o trabalho é uma das questões cruciais que enfrentam os/as jovens e adultos das classes populares, maioria esmagadora que frequenta a escola pública. A crise estrutural do desemprego aprofunda o clima de tensão permanente neste âmbito, em face das necessidades da sobrevivência familiar.

O trabalho como princípio educativo situa-se em um campo de preocupações com os vínculos entre a vida produtiva e cultura, com o humanismo, com a constituição histórica do ser humano, de sua formação intelectual e moral, sua autonomia e liberdade individual e coletiva, sua emancipação. Situa-se no campo de preocupações com a universalidade dos sujeitos humanos, com a base material (a técnica, a produção, o trabalho), de toda atividade intelectual e moral, de todo processo humanizador. (ARROYO, 1998, p. 152).



#### 8.4. PESQUISA E SISTEMATIZAÇÃO

Entendendo que a escola e a prática social de onde vem os/as estudantes é marcada pela fragmentação diante da pesquisa e do estudo da realidade de vida dos sujeitos, e com isso, adota-se ao longo do itinerário formativo, estudos e pesquisas ao longo do curso, como método para fazer com que os/as estudantes pesquisem na família, na comunidade, nas leituras e nos trabalhos de grupos, gerando a cada dois ou três meses um instrumento pedagógico das EFA's chamado de **Caderno da Realidade**, e esses contribuem para superação desta fragmentação e cria atitudes investigativas diante da realidade e do conhecimento já sistematizado ou empíricos, como uma forma de articular os diferentes trabalhos e estudos do Tempo Escola e do Tempo Comunidade.

O Caderno da Realidade acumula registros de conhecimentos sobre a realidade. Nasceu da necessidade de sistematizar as pesquisas feitas pelos estudantes. Nele o/a adolescente ou jovem registra todas as suas reflexões e estudos aprofundados. É o elemento que permite a sistematização racional da reflexão e da ação provocada pelo **Plano de Estudo**, sendo o espaço onde fica ordenadas as informações, experiências realizadas em casa (tempo comunidade) e na EFA (tempo escola).

A nível didático o Caderno da Realidade representa:

- Tomada de consciência e uma particular percepção da vida cotidiana dos estudantes;
- Desenvolvimento da formação geral, porque retrata a história da família, da terra em que trabalha, da comunidade e de outros aspectos que compõem a estrutura familiar e social;
- Representa um elemento de orientação profissional, porque as reflexões que são registradas são frutos do trabalho dos adolescentes e jovens, da vida familiar, profissional e social.

## **8.5. PROCESSOS DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES**

Tem como objetivo proporcionar espaços e tempos de organização e cooperação, tanto para o estudo como para o trabalho, desenvolvendo o espírito de iniciativa, o trabalho em grupos, a capacidade de lidar com os problemas de forma coletiva e solidária, de criar novas formas de organização. Segundo Carlos Alberto da EFA de Correntina, no relato a seguir, afirma que isso extrapola a formação básica e profissional.

*Na Escola Família Agrícola além do curso técnico essa vivência e convivência em grupo, a questão de relacionamento entre os adolescentes e jovens no mesmo ambiente, com a comunidade, esse vai e vem da alternância possibilita eles se interagirem melhor com a realidade, fazer as provocações, trazer também as experiências, as vivências das pessoas das comunidades, então isso vem para dentro da escola e também eles levam aquilo que é da escola para dentro da comunidade, a pedagogia da alternância possibilita isso, que outros cursos*

*não proporcionam. (Carlos Alberto, monitor da Escola Família Agrícola de Correntina, 2017).*

Deve permitir também que os/a estudantes ocupem diferentes tarefas e posições na sua estrutura organizativa e formativa da escola, isso como forma de qualificação, como também em termos de diferentes níveis de responsabilidade na coordenação e na execução das tarefas, gerando múltiplas habilidades e competências para o exercício da vida.

## **8.6. RELAÇÃO ESCOLA E COMUNIDADE COMO ELEMENTO ESTRATÉGICO**

Os cursos são espaços de discussão, estudo e problematização de questões da realidade e que afetam a agricultura familiar, a convivência com a região e a vida no meio. Estes constroem perspectivas e possibilidades de enfrentamento coletivo das questões acima apontadas. Isso permite que as diferentes dimensões do projeto de desenvolvimento da região colocado hoje, seja repensados e se faça conteúdo dos Cursos de Educação Profissional a partir da inserção dos estudantes e das organizações populares na educação escolar. Assim, articulam os conhecimentos das populações locais ao conhecimento científico e técnico já sistematizados pela humanidade.

## **8.7. ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS EDUCATIVOS NAS EFA'S**

O trabalho pedagógico está organizado em tempos educativos, através da vivência na escola, na sala de aula, nas atividades práticas, na realização de seminários, mística, reflexão, atividades diárias, esporte, lazer, avaliação coletiva e serão, conforme detalhadas a seguir:

**Tempo escola:** Constitui-se em momentos de aulas teóricas e práticas, estudos individuais e em grupo, leitura, seminário, mística/reflexão, trabalho (práticas agropecuárias e tarefas), lazer e esporte, oficina, núcleo de base, reflexão escrita, viagem de estudo, intervenções externas, estágio e serão.

**Tempo aula:** dispõe de aulas diárias durante o ciclo de formação, reservado para os trabalhos dos eixos temáticos e das áreas de conhecimento do Currículo/ Plano de Formação da Escola através do Curso de Educação Profissional. Este tempo também será utilizado para articular momentos de atividades comuns às turmas e as disciplinas da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e da Parte Diversificada, buscando através delas a interdisciplinaridade. Nesta fase, as atividades serão concentradas, em tempo integral, com disponibilidade para as atividades práticas, mantendo assim seu vínculo com a terra.

**Tempo seminário:** Esta é uma atividade de capacitação e formação, onde os estudantes irão organizar-se em grupos por turmas e aprofundar o estudo de algum tema. E se necessário trazem assessoria para discutir determinados temas para entender a conjuntura atual ou outros assuntos.



**Tempo mística/reflexão:** É um momento diário, o mais importante é que este tempo aconteça na Escola, onde se cultiva a mística dos povos do campo e da classe trabalhadora em geral. De forma planejada cada momento é de responsabilidade de um núcleo de base trabalhar um tema, resgatar a luta e conquistas dos trabalhadores, refletir sobre a vida e a interação com as forças espirituais (momento ecumênico).

**Tempo trabalho (tarefas e nos setores/unidades de produção):** é um tempo diário onde o/a estudante desenvolve alguma atividade prática, seja ela braçal ou intelectual, mas deve ser trabalho que estimule a sobrevivência da coletividade. Os trabalhos serão organizados de acordo com as necessidades da escola, dos educandos/as e do meio em que vivem.

**Tempo esporte/lazer:** todos os dias no final da tarde os/as estudantes têm aproximadamente uma hora e trinta minutos de atividades esportivas no campo de futebol das escolas. Esses momentos são de organização dos próprios estudantes com acompanhamento do monitor/a responsável do dia.

**Tempo serão:** essa atividade acontece no período da noite, através de palestras, leituras, apresentações, intervenções externas, sarau e estudos, de modo que esses venham contribuir no processo de formação dos estudantes.

Esses momentos formativos são assegurados ao longo da permanência na escola, seguindo a estratégia metodológica da pedagogia da alternância, dando conta da formação integral dos adolescentes e jovens.

# 9

## MATRIZ CURRICULAR: CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO



A matriz curricular aprovada pelo Conselho Estadual de Educação - CEE do estado da Bahia, está estruturada com disciplinas da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e da parte Diversificada, além das especificidades da pedagogia da alternância. Está é constituída de atividades obrigatórias, complementares e interdisciplinares, que extrapolam os currículos da educação profissional tradicional.

### Quadro 02: Matriz Curricular das EFA's da REFAISA.

**Instituição:** Escola de Família Agrícola - EFA.

**Vigência/Ano Início:** 2016.

**Curso:** Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária.

**Duração:** 04 anos.

**Habilitação:** Técnico em Agropecuária.

**Eixo Tecnológico:** Recursos Naturais.

**Nº Semanas Letivas:** 80.

**Carga Horária Total** 6.620 hs.

**Estágio Supervisionado:** 400 horas

**Integralização Curso:** 440 dias letivos.

**Dias Letivos:** 2ª a Sábado/06 dias/Semana.

**Duração hora-aula:** 50min.

**Nº hora-aula diária/semanal:** 8/48.

EIXO	DISCIPLINAS	ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL										
		1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		SUBTOTAL		TOTAL GERAL
		SE	SFC	SE	SFC	SE	SFC	SE	SFC	SE	SFC	
Base Nacional Comum Curricular - BNCC	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	80	0	80	0	80	0	80	0	320	0	320
	Metodologia do Trabalho Científico e Redação	0	0	0	0	40	20	40	20	80	40	120
	Língua Estrangeira (Inglês/Espanhol)	20	0	20	0	20	0	40	0	100	0	100
	Artes	40	0	40	0	0	0	0	0	80	0	80
	Educação Física	40	0	40	0	0	0	0	0	80	0	80
	Física	40	0	40	0	40	0	40	0	160	0	160
	Química	40	0	40	0	40	0	40	0	160	0	160
	Biologia	60	0	60	0	40	0	40	0	200	0	200
	Matemática	80	0	80	0	80	0	80	0	320	0	320
	História	40	0	40	0	40	0	40	0	160	0	160
	Geografia	40	0	40	0	40	0	40	0	160	0	160
	Sociologia/ Antropologia	20	0	40	0	20	0	0	0	80	0	80
Filosofia	40	0	20	0	20	0	0	0	80	0	80	
		<b>540</b>	<b>0</b>	<b>540</b>	<b>0</b>	<b>460</b>	<b>20</b>	<b>440</b>	<b>20</b>	<b>1980</b>	<b>40</b>	<b>2020</b>

EIXO	DISCIPLINAS	ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL											
		1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		SUBTOTAL		TOTAL GERAL	
		SE	SFC	SE	SFC	SE	SFC	SE	SFC	SE	SFC		
Diversificado	Desenho Técnico e Topografia	0	0	0	0	40	0	40	0	80	0	80	
	Administração e Economia Rural	60	0	40	0	0	0	0	0	100	0	100	
	Agricultura e Manejo Solo e da Água.	80	0	80	0	60	0	60	0	280	0	280	
	Zootecnia e Manejo Sanitário e Alimentar	80	0	80	0	60	0	60	0	280	0	280	
	Construções e Instalações Rurais	0	0	0	0	40	0	40	0	80	0	80	
	Irrigação, Drenagem e Mecanização Agrícola	0	0	40	0	40	0	40	0	120	0	120	
	Informática Básica	40	0	20	0	20	0	40	0	120	0	120	
	Extensão Rural/ PPJ – Projeto Profissional do Jovem/ Planejamento/ Elaboração de Projetos Agropecuários.	40	0	40	0	40	0	40	0	160	0	160	
	Beneficiamento Produção Agropecuária-BPF	0	0	0	0	40	0	40	0	80	0	80	
	Gestão Ambiental/Agroecologia/ Convivência com o Semiárido	0	0	0	0	40	0	40	0	80	0	80	
	Fruticultura Sequeiro e Irrigada	40	10	40	10	0	0	0	0	80	20	100	
Culturas Regionais	0	0	0	0	40	0	40	0	80	0	80		
		340	10	340	10	420	0	440	0	1540	20	1560	
Atividades obrigatórias	Pesquisa: Plano de Estudo/Caderno da Realidade	0	80	0	80	0	80	0	80	0	320	320	
	Prática Sócio Profissional – Estágio	0	0	0	100	0	120	0	180	0	400	400	
		0	80	0	180	0	200	0	260	0	720	720	
		0	880	90	880	190	880	220	880	280	3520	780	4300
Atividades Complementares e Interdisciplinares	Serões e Palestras	100	0	100	0	100	0	100	0	400	0	400	
	Visitas e Viagens de Estudo	20	0	20	0	20	0	20	0	80	0	80	
	Tarefas e Práticas Agropecuárias na EFAS	240	0	240	0	240	0	240	0	960	0	960	
	Prática de Esporte e Lazer	120	0	120	0	120	0	120	0	480	0	480	
	Práticas na Propriedade Familiar	0	100	0	100	0	100	0	100	0	400	400	
		480	100	480	100	480	100	480	100	1920	400	2320	
		1360	190	1360	290	1360	320	1360	380	5440	1180	6620	

SE – Sessão na Escola.

SFC – Sessão na Família e Comunidade.

Fonte: Dados do pesquisador, 2017.



# 10

## CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES



Conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº. 9.394/96, o conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Os critérios de aproveitamento estão definidos na Resolução CNE/CEB nº 6/2012, artigo 34 a 39 que apresenta a seguinte redação:

Artigo 34. A avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais.

Artigo 35. A avaliação da aprendizagem utilizada para fins de validação e aproveitamento de saberes profissionais desenvolvidos em experiências de trabalho ou de estudos formais e não formais, deve ser propiciada pelos sistemas de ensino como uma forma de valorização da experiência extraescolar dos educandos, objetivando a continuidade de estudos segundo itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos.

§ 1º Os sistemas de ensino devem elaborar diretrizes metodológicas para avaliação e validação dos saberes profissionais desenvolvidos pelos estudantes em seu itinerário profissional e de vida, para fins de prosseguimento de estudos ou de reconhecimento dos saberes avaliados e validados, para fins de certificação profissional, de acordo com o correspondente perfil profissional de conclusão do respectivo curso técnico de nível médio.

§ 2º Os sistemas de ensino devem, respeitadas as condições de cada instituição educacional, oferecer oportunidades de complementação de estudos, visando a suprir eventuais insuficiências formativas constatadas na avaliação.

Artigo 36. Para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

I - Em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

II - Em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;

III - em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;

IV - Por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Artigo 37. A avaliação e certificação, para fins de exercício profissional, *somente* poderão ser realizadas por instituição educacional devidamente credenciada que apresente em sua oferta o curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio correspondente, previamente autorizado.

§ 1º A critério do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, *instituições* de ensino que não tenham o correspondente curso de Educação Profissional Técnica



de Nível Médio, mas ofertem cursos inscritos no mesmo eixo tecnológico, cuja formação tenha estreita relação com o perfil profissional de conclusão a ser certificado, podem realizar os processos previstos no caput deste artigo.

§ 2º A certificação profissional abrange a avaliação do itinerário profissional e de vida do estudante, visando ao seu aproveitamento para prosseguimento de estudos ou ao reconhecimento para fins de certificação para exercício profissional, de estudos não formais e experiência no trabalho, bem como de orientação para continuidade de estudos, segundo itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar.

§ 3º O Conselho Nacional de Educação elaborará diretrizes para a certificação profissional.

§ 4º O Ministério da Educação, por meio da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Rede CERTIFIC), elaborará padrões nacionais de certificação profissional para serem utilizados obrigatoriamente pelas instituições de Educação Profissional e Tecnológica do sistema federal de ensino e das redes públicas estaduais, quando em processos de certificação.

§ 5º As instituições educacionais poderão aderir à Rede CERTIFIC e, se acreditadas, poderão realizar reconhecimento para fins de certificação para exercício profissional, de acordo com o respectivo perfil profissional de conclusão do curso;

§ 6º As instituições que possuam metodologias de certificação profissional poderão utilizá-las nos processos de certificação, desde que autorizadas pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino, até a elaboração das diretrizes para a certificação profissional.



Artigo 38. Cabe às instituições educacionais expedir e registrar, sob sua responsabilidade, os diplomas de técnico de nível médio, sempre que seus dados estejam inseridos no SISTEC, a quem caberá atribuir um código autenticador do referido registro, para fins de validade nacional dos diplomas emitidos e registrados.

§ 1º A instituição de ensino responsável pela certificação que completa o itinerário formativo do técnico de nível médio expedirá o correspondente diploma de técnico de nível médio, observado o requisito essencial de conclusão do Ensino Médio.

§ 2º Os diplomas de técnico de nível médio devem explicitar o correspondente título de técnico na respectiva habilitação profissional, indicando o eixo tecnológico ao qual se vincula.

§ 3º Ao concluinte de etapa com terminalidade que caracterize efetiva qualificação profissional técnica para o exercício no mundo do trabalho e que possibilite a construção de itinerário formativo é conferido certificado de qualificação profissional técnica, no qual deve ser explicitado o título da ocupação certificada.

§ 4º Aos detentores de diploma de curso técnico que concluírem, com aproveitamento, os cursos de especialização técnica de nível médio são conferidos certificado de especialização técnica de nível médio, no qual deve ser explicitado o título da ocupação certificada.

§ 5º Os históricos escolares que acompanham os certificados e diplomas devem explicitar os componentes curriculares cursados, de acordo com o correspondente perfil profissional de conclusão, explicitando as respectivas cargas horárias, frequências e aproveitamento dos concluintes.

§ 6º A revalidação de certificados de cursos técnicos realizados no exterior é de competência das instituições de Educação Profissional e Tecnológica integrantes do sistema federal de ensino e pelas instituições públicas credenciadas pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino, conforme suas disponibilidades de pessoal docente qualificado nos eixos tecnológicos pertinentes.

Artigo 39. Na formulação e no desenvolvimento de política pública para a Educação Profissional e Tecnológica, o Ministério da Educação, em regime de colaboração com os Conselhos Nacional e Estaduais de Educação e demais órgãos dos respectivos sistemas de ensino, promoverá, periodicamente, a avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, garantida a divulgação dos resultados, com a finalidade de:

I - Promover maior articulação entre as demandas socioeconômico e ambientais e a oferta de cursos, do ponto de vista qualitativo e quantitativo;

II - Promover a expansão de sua oferta, em cada eixo tecnológico;


III - promover a melhoria da qualidade pedagógica e efetividade social, com ênfase no acesso, na permanência e no êxito no percurso formativo e na inserção socioprofissional;

IV - Zelar pelo cumprimento das responsabilidades sociais das instituições mediante valorização de sua missão, afirmação da autonomia e da identidade institucional, atendimento às demandas socioeconômico-ambientais, promoção dos valores democráticos e respeito à diferença e à diversidade.

# 11 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO







A avaliação, vista como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, portanto, não é fim do processo educacional, mas o meio, pelo qual da continuidade ao processo de ensino aprendizagem, não apenas de conteúdo ou conhecimentos, mas também atitudes e condutas concretas.

Nessa perspectiva, entende-se a avaliação como um processo dialógico, sendo uma ação pedagógica situada no contexto socioprofissional e cultural do educando, assim como olhar para o educando e suas condições pessoais. Busca-se assim, a formação integral de sujeitos autônomos, politicamente consciente com capacidade de dinamizar o seu meio, em vários aspectos, mas, sobretudo, no que se refere ao social e profissional.

Dessa forma, considerando sua função social, a educação exige práticas avaliativas que represente continuidade na ação pedagógica de forma a contribuir efetivamente para a evolução do educando, uma avaliação formativa, comprometida com as aprendizagens, as qualidades de comunicação, cooperação e responsabilidade.

Diante disso, a avaliação da aprendizagem é tida como contínua, sistemática e cumulativa, em que predominam os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Desse modo, é valorizado o processo e não só o resultado, as análises e interpretações e não só as generalizações estatísticas a sensibilidade as diferenças, os imprevistos, a mudança e ao progresso.



Assim, procura-se desenvolver instrumentos pedagógicos e de avaliação que levam o educando ao hábito da pesquisa, à reflexão, à criatividade e estimular a capacidade de autodesenvolvimento e autoavaliação. A utilização de Instrumentos Pedagógicos específicos representa uma das características mais importantes da Pedagogia da Alternância, como afirma (BEGNANI & GIMONET, 2004) *“a alternância possui um dispositivo pedagógico com ferramentas específicas e atividades metodológicas que contribuem para o processo de pedagogização da alternância”*.

Os processos avaliativos são encaminhados de forma qualitativa ao longo de todo o processo pedagógico-formativo. Entende-se como proposta avaliativa qualitativa as diversas atividades dentro de umas práxis pedagógicas, observando a internalização dos processos educativos que compreendem o conjunto das atividades envolvidas e desenvolvidas durante as etapas do tempo escola e do tempo comunidade. Para isso, tem-se como referência o trabalho como princípio educativo, dentro do tempo escola-comunidade, considera os tempos de trabalho, estudo, cultura, esporte, sempre com valores agregados, como processos de formação humana e emancipatória.


Assim, cada momento de formação e organização dos espaços pedagógicos do Curso de Educação Profissional, seja em tempo escola ou em tempo comunidade, são contabilizados como potencial processo de avaliação qualitativa e quantitativa processual.

Deste modo, a avaliação dos conhecimentos compreende não apenas o aproveitamento da disciplina, mas como o educando utiliza os conteúdos vivenciados no tempo escola na

comunidade a partir do instrumento pedagógico chamado de atividades de retorno. Conseqüentemente, a avaliação dos conteúdos observa a memória, a participação, o interesse, as discussões, a postura diante das atividades, capacidade de apreensão e crescimento do educando a partir de atividades individuais e coletivas, provas trimestrais, resolução de exercício em grupo, atividades práticas interdisciplinares dos conteúdos.

Posto isso, centra-se nos seguintes objetivos:

- Dar a cada educando a capacidade de avaliar seu processo de aprendizagem a respeito da sua realidade local, para a formação na qual está se preparando, em termo de progresso didático e ideológico;
- Que o grupo de educandos, convivendo e estudando num mesmo curso, tenha capacidade de avaliar seu processo de aprendizagem enquanto grupo;
- Que os educandos tenham capacidade para avaliar os fatores externos que influenciam sobre sua educação; os/as monitores/as, os/as colegas, a vida familiar, as atividades comunitárias (no período de alternância), a vida material e espiritual;
- Possibilidade para os/as monitores/as e professores/as avaliarem em seus educandos o processo de aprendizagem, personalização e socialização, para descobrir e corrigir suas falhas próprias e do plano de formação;
- Possibilidade para os/as monitores/as e professores/as avaliarem suas metodologias de



docência aos fins e objetivos da aprendizagem nas EFA's;

- Dar oportunidade para que os pais, mães e responsáveis, representantes de comunidades, representantes de associações, e mestres de estágio, cada um, segundo sua responsabilidade, possa ajudar a avaliar o/a educando.

# 12

## CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO





O sistema de avaliação é amplo e contínuo, compreendendo a verificação de aproveitamento por sessão escolar, realizado de forma qualitativa e quantitativa, individualmente e coletivamente, expressando resultados da aprendizagem quanto à aquisição de conhecimentos, habilidades, competências e atitudes, como: respeito, cortesia, atenção, interesse, assiduidade, participação nas aulas, atuação na Escola-Família-Comunidade, criatividade e espírito de colaboração.

A organização acontece da seguinte forma:

**Quadro 03: Organização Avaliativa nas EFA's.**

1º TRIMESTRE			2º TRIMESTRE			3º TRIMESTRE			
Sessão Escolar/Quinzenal			Sessão Escolar/Quinzenal			Sessão Escolar/Quinzenal			
1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª
		Fechamento do Trimestre			Fechamento do Trimestre				Fechamento do Trimestre e Recuperação
1º Plano de Estudo		2º Plano de Estudo		3º Plano de Estudo		4º Plano de Estudo		5º Plano de Estudo	

Fonte: Dados do pesquisador, 2017.

- No final de cada sessão, os/as educandos/as farão autoavaliação;
- Após a recuperação final acontece o conselho de classe escolar, para os/as

- educandos/as que ficarem em até três (03) disciplinas;
- No conselho de classe, ficando em mais de três (03) disciplinas sem aprovação na recuperação final, automaticamente o/a educando/a é conservado na mesma série/ano.
  - Ficando em menos de três (03) disciplinas, ele pode ser aprovado pelo conselho.

Cabe enfatizar que o/a educando/a da EFA receberá a nota específica dentro do contexto, ou seja:

**Aspectos Qualitativos:**

**1. Habilidade:** o/a educando/a é avaliado no seu desenvolvimento na EFA quanto a sua habilidade nas atividades de trabalho e tarefas diárias, sendo observados os seguintes aspectos:

- a) iniciativas;
- b) motivação;
- c) interesse;
- d) desenvolvimento;
- e) pontualidade.

**2. Convivência:** o/a educando/a tem sua nota à medida que irá convivendo e mostrando o seu potencial de convívio e adaptação. Para tanto se deve levar em consideração para avalia-lo neste item:

- a) relacionamento entre professores/as, monitores/as, educandos/as, comunidade e outros agentes educativos da EFA;
- b) sua colaboração para o crescimento do grupo (animador/a, liderança, troca de experiência, etc);
- c) disponibilidade;
- d) valores (honestidade, respeito, sinceridade, etc).

**3. Autoavaliação:** observar-se-á o próprio desenvolvimento, nos seguintes aspectos:

- a) compromisso;
- b) responsabilidade;
- c) assiduidade;
- d) desenvolvimento nos trabalhos práticos e tarefas diárias;
- e) convivência;
- f) participação no ambiente educacional (familiar, comunidade e escolar);
- g) aprendizagem.

**Aspectos Quantitativos:**

No que se refere a avaliação de conhecimentos adquiridos é recomendável que o/a monitor/a e/ou professor/a possa utilizar vários meios, como provas subjetivas e objetivas. O/a educando/a tem, durante o ano, pelo menos duas atividades avaliativas em cada disciplina.

Outro meio para que não se limite a avaliação de conhecimentos apenas através de provas, é um trabalho escrito ou apresentado sobre um assunto específico relacionado ao conteúdo da área. Este trabalho pode ser feito no tempo comunidade e apresentado para os/as demais educandos/as na sala de aula ou entregue para que o/a monitor/a e/ou professor/a corrija, tendo uma entrevista com o/a educando/a, ficando isso a critério do/a monitor/a e/ou professor/a, conforme o seu tempo e organização. Com isso, o/a educando/a tem no mínimo duas notas de cada disciplina no trimestre no que se refere a aprendizagem e não terá peso somente o teste escrito, podendo ser através de seminários, escrita, pesquisa, atividades práticas, produção e apresentações. O trabalho escrito ou apresentado proporciona o/a educando/a oportunidade de maior criatividade na construção do seu conhecimento.

### **Aspectos dos Instrumentos Pedagógicos:**

**1. Plano de Estudo e Folha de Observação:** é avaliado pelo levantamento da realidade, fruto da participação familiar e ou comunitária.

a) são avaliados pelos/as monitores/as e professores/as responsáveis pela elaboração em comum, e por aqueles cuja área tenha afinidade com o tema;

b) também se avalia, a riqueza de informações e situações-problemas constatadas.

**2. Caderno da Realidade:** é a construção sistematizada da realidade do/da educando/a. Na sua avaliação se leva em consideração os seguintes critérios:



- a) clareza no registro do levantamento;
- b) organização;
- c) habilidade e criatividade nas ilustrações e na escrita;
- d) estética (encadernação, ordenação, sequência e composição);
- e) coerência, coesão e gramática;
- f) Conhecimento sobre o tema.

**3. Pesquisas:** Para as pesquisas, o/a monitor/a tem a preocupação de observar os Planos de Estudo - P.E para um possível trabalho integrado, aproveitando os temas do P.E, para um melhor aprofundamento com os/as educandos/as. Em alguns casos não é possível fazer um aprofundamento dos conteúdos mais sistematizados durante as aulas.

a) o/a monitor/a e/ou professor/a deve fazer com que o/a educando/a se sinta estimulado a buscar este aprofundamento. O resultado poderá ser apresentado para as demais turmas em forma de mural e ainda, se o tema interessar também a comunidade, quando o mesmo tratar de um assunto de caráter informativo ou mesmo de um levantamento;

b) cada monitor/a e/ou professor/a deve se empenhar e organizar este trabalho durante o trimestre;

c) é importante lembrar ainda que estes trabalhos devem ser discutidos em equipe para que não haja repetição. Porém, é importante observar se é possível realizar uma mesma pesquisa em comum com outra área, cada um observando aspectos diferentes num mesmo

trabalho, assegurando assim a interdisciplinaridade.

**4. Experiência:** As experiências são atividades relacionadas, sobretudo com as áreas do conhecimento. Estas experiências deverão estar ligadas aos Planos de Estudos e versar sobre os pontos que devem ser aprofundados nas situações-problemas, constatadas na colocação em comum dos mesmos. As experiências geralmente têm local para o seu desenvolvimento:

- a) Propriedade da Escola;
- b) Propriedade Familiar;
- c) Comunidade;
- d) Laboratório Escolar (Setores/Unidades de Produção);
- e) Outros empreendimentos.

Observar-se-á para avaliar:

- a) proposição;
- b) execução;
- c) resultado.

### **12.1. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

O sistema de notas será de 0 a 100 (zero a cem) ou de 0 a 10 (zero a dez) observando os critérios de cada bloco:

- Bloco A: Dos aspectos qualitativos - Tem um total de 40 (quarenta) pontos:

1. Habilidade;
2. Convivência;
3. Autoavaliação;

- a) total do bloco 1: 10 pontos, distribuídos conforme a equipe de professores/as e monitores/as;
- b) a nota de Habilidade e Convivência é atribuída no final de cada trimestre, por ocasião da reunião da Equipe para avaliação, onde cada professor/a e monitor/a apresentam suas anotações e observações, de acordo com os critérios já mencionados;
- c) a nota da Autoavaliação (2,0 pontos), procedem da avaliação feita pelos próprios educandos no caderno da realidade, enfocando os aspectos já citados.

4. Dos aspectos dos instrumentos pedagógicos:

- Plano de Estudo e Folha de Observação;
- Caderno da Realidade;
- Pesquisa e Experiência.

- a) o Plano de Estudo e Folha de Observação, e Caderno da Realidade tem suas notas dadas pelos responsáveis do acompanhamento dos mesmos;

b) a nota de Pesquisa e Experiência são dadas por cada monitor/a e professor/a responsável no trimestre em cada série/ano. A pesquisa é algo mais teórica de levantamento de dados e investigação, e a experiência está relacionada a atividades práticas e de experimentação. São definidos os temas com base no Plano de Estudo. Caso no trimestre não apliquem nenhum dos dois instrumentos, elaboram exercícios para serem feitos no tempo comunidade.

- Bloco B: Dos aspectos quantitativos - Com total de 60 (sessenta) pontos:

a) o/a monitor/a e professor/a apresentam duas notas no mínimo;

b) o/a monitor/a e professor/a prevê quantas avaliações farão durante o trimestre para fazer a distribuição dos pontos.

c) destaca-se que esse processo avaliativo não só quantitativo, mas também qualitativo, observando a evolução, interesse e comprometimento do estudante ao longo do processo formativo.

- Bloco C: Dos aspectos qualitativos e quantitativos - Com total de 100 (cem) pontos:

Depois de dada a quantidade de pontos em cada bloco A e B, se faz a soma que é o resultado, distribuído os pontos da seguinte forma:

Habilidade .....	4,0 pontos
Convivência .....	4,0 pontos
Autoavaliação .....	2,0 pontos



Plano de Estudo e Folha de Observação .....	5,0 pontos
Caderno da Realidade .....	15,0 pontos
Aprendizagem (Pesquisas e Experiências) .....	10,0 pontos
Avaliação da disciplina .....	60,0 pontos
Total de pontos: 100,0 pontos / 10 = 10,0 pontos/trimestre.	

## 12.2. DO SISTEMA DE APROVAÇÃO

Os/as educandos/as que alcançarem média final ao longo do ano letivo de 20,0 pontos, sendo distribuídos 6,7 pontos por trimestre e preenchido os requisitos (assiduidade, responsabilidade e interesse) integradas a avaliação das famílias, como também sua autoavaliação conforme caderno da realidade e/ou de acompanhamento, bem como frequência de 80%, ou seja 8 (oito) sessões completas, serão aprovados.

Casos em que o/a educando/a faltar mais de duas sessões e que o Colegiado Escolar e a Entidade Mantenedora, juntamente com a equipe considerar as faltas justificadas, podem recuperar, após a conclusão de trabalhos solicitados e avaliados pela equipe docente.

Os trabalhos são solicitados logo após o seu retorno, os demais casos excepcionais serão analisados pelo Conselho de Classe no final do período letivo.

Nesse sentido, o cômputo final para aprovação dos/as educandos/as segue os seguintes

passos:

- Nas sessões os/as educandos/as tem notas adquiridas, através de testes, pesquisas, redações, experiências, avaliação grupal e individuais, e outros;
- No final de cada trimestre adotar-se-á uma nota que será a soma dos pontos alcançadas nos dois blocos conforme descrito nos critérios de avaliação;
- Resultado final é a soma dos três trimestres divididos por três.

### **12.3. DOS CONCEITOS E NOTAS**

Os conceitos abaixo são utilizados no final de cada ano letivo, atribuídos em cada componente curricular, registrados na Ata de Resultados Finais, Histórico Escolar e Boletins, sendo considerados aprovados os educandos e as educandas com conceitos OT, B e R, e conservados na disciplina/série/ano os com conceitos F. Conforme descrição a seguir:

Ótimo = OT = 9,0 a 10,0 pontos.

Bom = B = 7,0 a 8,9 pontos.

Regular = R = 5,0 a 6,9 pontos.

Fraco = F = 0 a 4,9 pontos.

### **12.4. DA RECUPERAÇÃO**

Cada monitor/a e professor/a no decurso do processo ensino e da aprendizagem registram as informações da situação e reação de cada educando/a afim de constatar as

finalidades de cada um, e planejar para cada caso a recuperação parcial e/ou final. No que se refere as recuperações paralelas, as famílias têm conhecimento das limitações dos educandos e juntamente com a escola encontrar formas de ajudá-lo a superar possíveis dificuldades que surgem, quanto a recuperação final deve ser realizada no final do último trimestre do ano, para os/as educandos/as que obtiveram abaixo de 20,0 pontos.

Compreende-se que os estudos de recuperação, tem como objetivos:

- Proporcionar aos educandos/as, através de atividades adequadas durante e ao final do período letivo, rever conteúdo ou habilidades em que lhe forem necessárias;
- Oferecer nova oportunidade através de estudos complementares, possibilitando a recuperação dos objetivos propostos nos currículos e programas;
- Conduzir à melhoria de aprendizagem ao crescimento pessoal, aumentando a produtividade do sistema pelo decréscimo da evasão e reprovação.
- No fim, o/a educando/a que não comparecerem no período previsto para a realização dos estudos de recuperação, são considerados/as reprovados/as, salvo os casos previstos na legislação ou se considerado justo pelo Colegiado Escolar ou Entidade Mantenedora os motivos que o/a levaram a faltar.
- Para os/as educandos/as que em anos anteriores tenham apresentado dificuldades numa área de estudo, não alcançando o nível correspondente aos objetivos dessa área;
- Nestes casos, seu processo de aprendizagem precisará de reforço, ou seja, um plano de

recuperação individual para chegar ao nível exigido, não causando grande obstáculo no processo de formação.

- Em caso de haver insatisfação do rendimento dos/as educandos/as em recuperação paralela, poderá repetir sua formação nos anos que se seguem e participar mais ativamente nas áreas que causou reprovação.

Em casos de falha do/a educando/a, em relação ao alcance dos objetivos, dar-se-ão os seguintes passos:

- Se as falhas constatarem nas avaliações paralelas, analisam-se tais falhas com o/a educando/a, vê suas possíveis razões e soluções. Durante o período que segue, os/as monitores/as e professores/as farão acompanhamento e ficarão dispostos a ajudá-los/las, especialmente ao que diz respeito a seus pontos de maior fraqueza;
- A avaliação e a recuperação são partes integrantes de todo desenrolar das atividades das EFA's. Toda vez que o assunto é encerrado, ele é avaliado e retomado se necessário;
- A recuperação paralela pode efetivar-se com a participação de educandos/as com níveis satisfatórios de aprendizagem no processo de ensino/aprendizagem por aqueles que apresentam dificuldades;
- Quando as falhas constatarem ao final do ano, o/a educando/a não podem ser aprovado/a sem que participe de estudo de recuperação e seja submetido à nova verificação de



aprendizagem;

- Ao final do curso, se o/a educando/a superou as dificuldades apresentadas e as médias exigidas, é aprovado;
- A cada final de ano é apresentado uma síntese do rendimento de cada educando/a para o/a mesmo/a, para os/as demais educandos/as, aos pais, mães, responsáveis, mestres de estágios e representantes das comunidades;
- Na recuperação final, o/a educando/a fazem a prova quantitativa com peso de 10,0 (dez) pontos, devendo obter no mínimo 6,0 (seis) pontos.

## **12.5. DO CONSELHO DE CLASSE**


O Conselho de Classe - CC é um importante espaço de discussão, reflexão, participação coletiva e de autoavaliação das práticas pedagógicas. Como espaço democrático de debate, o CC possibilita visão geral do desenvolvimento educacional do educando, da turma, das práticas pedagógicas desenvolvidas pelo professor/a e/ou monitor/a, da intervenção da Direção, Coordenação Pedagógica e Entidade Mantenedora. O CC se constitui como um canal imprescindível de crescimento coletivo com vistas ao aperfeiçoamento permanente do processo ensino e da aprendizagem.

O Conselho de Classe será presidido pela Equipe Gestora da Unidade Escolar, podendo ser o/a Diretor/a Associação Mantenedora e/ou Diretor/a Escolar. Na ausência destas, por um/a

professor/a participante escolhido consensualmente pelo grupo ou designado pela Entidade Mantenedora.

São atribuições do Conselho de Classe:

- Levantar as dificuldades da turma e dos/as educandos/as quanto à aprendizagem e relações interpessoais;
- Deliberar sobre ações e procedimentos pedagógicos visando superar as dificuldades de aprendizagem;
- Buscar o aperfeiçoamento contínuo das práticas pedagógicas;
- Avaliar coletivamente e de forma impessoal o processo educativo em suas múltiplas dimensões: relações pessoais, avaliação de critérios, instrumentos usados e resultados alcançados;
- Identificar os/as estudantes que necessitam de atendimento diferenciado;
- Avaliar a coerência entre as práticas pedagógicas e os objetivos e procedimentos contidos nos Projetos Políticos Pedagógicos – PP, Planos de Disciplina e Plano do Curso;
- Poderá ocorrer reunião extraordinária do CC a tratar de assuntos excepcionais, quando necessário.



O Conselho de Classe acontece no final do último trimestre. Nele, são discutidos dados qualitativos e quantitativos referentes ao processo formativo dos/as educandos/as. São membros participantes do Conselho de Classe: Diretoria da Associação, Equipe Gestora da Unidade Escolar e o corpo de educadores/as (professores/as, monitores/as e equipe apoio).

O CC tem funções consultivas, diagnósticas e de deliberação. As deliberações finais do Conselho de Classe serão aprovadas por meio de voto direto por maioria absoluta dos membros presentes, cabendo ao presidente dos trabalhos o voto de desempate.

# 13

## PERFIL DO PESSOAL DOCENTE, APOIO E GESTÃO






Os recursos humanos nas Escolas Famílias Agrícolas - EFA's constituem-se:

**Associação Mantenedora:** Constituída por sócios, responsável pelo gerenciamento e manutenção da Escola Família Agrícola através da Diretoria e Conselho Fiscal, eleitos em Assembleia Geral conforme os Estatutos das Associações. Esse é formado também por representantes de estudantes, ex-alunos/as, pais, mães, monitores/as, professores/as e líderes comunitários, de acordo com o Regimento Escolar das EFA's, com a finalidade de colaborar com o bom andamento da Escola.

**Corpo Administrativo Escolar/ Gestão Escolar:** Professores/as com habilitação em administração escolar e com autorização do Núcleo Regional de Educação - NRE 10 / Secretaria Estadual de Educação da Bahia - SEC para exercerem a função de Diretor/a, Vice-Diretor/a, Coordenador/a Pedagógico, Coordenador/a de Estágio/Curso e Secretário/a.

**Corpo Docente:** Equipe de profissionais (monitores/as e professores/as) com habilidades para o trabalho com adolescentes, pré-adolescentes e jovens, que se identificam com a população do meio rural e que, constantemente, buscam aperfeiçoamento, através de vários cursos para o exercício do magistério e da educação popular, além disso entre eles dividem as tarefas inerentes à Pedagogia da Alternância.



**Corpo de Apoio:** Equipe formada por cozinheira, vigilantes, prestadores de serviços, auxiliares administrativos, monitor de campo, dentre outros, com funções específicas relevantes na manutenção de serviços e estruturas.

**Corpo Discente** - Estudantes, filhos e filhas de pequenos agricultores que tenham aptidão para trabalhar com a terra e animais, escolhidos pelos líderes das comunidades, ex-alunos/as, associações, monitores/as e parceiros.

# 14 CERTIFICADOS E DIPLOMAS A SER EMITIDOS



**a. Certificação:** Não haverá certificados no Curso Técnico em Agropecuária, considerando que não há itinerários alternativos para qualificação.

**b. Diploma:** O/a estudante ao concluir o Curso Educação Profissional Técnico de Nível Médio em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, conforme organização curricular aprovada, receberá o Diploma de Técnico em Agropecuária.

Conforme o que determina o artigo 24, inciso VII da Lei nº 9.394/96 (LDBEN) e o artigo 14 da Resolução CEE Nº 04/99 cabem as escolas expedirem e registrem os diplomas de técnico. Desta forma, a Escola Família Agrícola expedirá a seguinte documentação:

- Os diplomas, devidamente numerados e registrados em livro próprio da Escola, serão acompanhados de Histórico Escolar, no qual serão explicitadas as disciplinas cursadas com respectiva carga horária e o resultado final da avaliação em cada disciplina.
- Para obtenção do diploma de Técnico de Nível Médio em Agropecuária o/a estudante deverá concluir simultaneamente os seus estudos de Ensino Médio e de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- Estruturação do Diploma (conforme arts. 12 e 13 da Resolução CEE 15/2001).

Dados que deverão constar na frente do diploma:



- Qualificação legal do diplomado, nome, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, nome do pai, nome da mãe, nº de registro da carteira de identidade;
- Correspondente título da ocupação e da conclusão ou da profissão;
- Data e ano de diplomação e da conclusão do curso;
- Profissão: habilitação profissional nível técnico - Técnico em Agropecuária;
- Área Profissional: Recursos Naturais;
- Atos de credenciamento da Instituição de Ensino e da autorização do curso.
- Dados que deverão constar no verso do diploma:
  - Relação das disciplinas que constituem o currículo, com respectivas cargas horárias;
  - Aproveitamento da aprendizagem;
  - Competências definidas adquiridas.

**c. Histórico Escolar:** os históricos escolares vão acompanhando os diplomas e neles serão explicitadas as competências definidas no perfil profissional de conclusão, disciplinas cursadas com as respectivas cargas horárias e aproveitamento final obtido pelo aluno em cada disciplina, estágio supervisionado e aproveitamento, expedido em papel com timbre oficial da Escola nº e data da publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia do ato de autorização de funcionamento do curso.

Figura 07: Diploma da Escola Família Agrícola de Sobradinho - EFAS.

	<p><b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE SOBRADINHO - EFAS</b> CNPJ: 40.634.073/0001 - 50 Estrada da Correnteza, Km 06, Zona Rural, Sobradinho - Bahia Entidade Mantenedora: Associação Comunitária Mantenedora da EFA de Sobradinho - AMEFAS Parecer CEE n.º 281/2017 Resolução CEE nº 156/2017 Processo nº 14577-6/2016 D.O. 18/10/2017</p>	
<b>DIPLOMA</b>		
<p>O Diretor da Escola Família Agrícola de Sobradinho - EFAS de acordo com a Lei 9394/96, confere a _____ RG n.º _____ filho(a) de _____ e _____, natural de _____, nascido(a) em ____/____/____ nacionalidade brasileira, o presente Diploma por haver concluído o <b>Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio</b> no Eixo Tecnológico de Recursos Naturais, com carga horária de 6.620hs, no ano de _____.</p> <p>O presente Diploma outorga-lhe os direitos e prerrogativas estabelecidas nas Leis vigentes do País.</p>		
<b>Sobradinho - BA, _____ de _____.</b>		
_____ <b>Diretor/a</b>	_____ <b>Secretário/a</b>	_____ <b>Concluinte</b>

Fonte: Dados do Pesquisador, 2018.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G. Formação de educadores do campo. In: CALDART, R. S. et. al **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro-São Paulo, Expressão Popular, 2012, p. 359 - 370.

BAPTISTA, F. **Educação rural**: das experiências à política pública. Brasília: NEAD, 2003.

BAPTISTA, M. C. BAPTISTA, N. de Q. (Org.) **Educação rural**: sustentabilidade do campo. Feira de Santana, BA: MOC; UEFS; (Pernambuco): SERTA, 2ª Edição, 2005.

BEGNAMI, J. B. **Uma Geografia da Pedagogia da Alternância no Brasil** in: Documentos Pedagógicos. UNEFAB. Brasília- DF. 2004.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981

BRASIL. **1º Relatório parcial do Diagnóstico das Escolas do Campo do Estado da Bahia**. Bahia, 2012.

BRASIL. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e no ensino Médio**. In: RAMOS, Marise. (Org.); FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.). Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2010, pp.57-82.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**, 2010.

BRASIL. Educação do Campo. In: CALDART, R. S. et. al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro-São Paulo, Expressão Popular, 2012, p. 359 - 370.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: 9394/96**, 1996.

BRASIL. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (orgs). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p.147-158.

BRASIL. Resolução nº 2, 28 de Abril de 2008. **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**, 2008.

BRASIL. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, C. A. (Org.). **Por Uma Educação do Campo: Campo-Políticas Públicas-Educação**. 1 ed. Brasília: INCRA/MDA, 2008, v. 7, p. 67-86.

CALDART, R. S. PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 257- 265.



CALRDART, R. S. (org.) **Educação Profissional na perspectiva da Educação do campo**. In: Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da licenciaturas em educação do campo. Expressão Popular, São Paulo, 2010.

CALVÓ, P. P. Introdução: Centros familiares de formação em alternância. In: **Pedagogia da Alternância e desenvolvimento**. Brasília: União Nacional das Escolas Famílias do Brasil, 1999.

MEC. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério Nacional de Educação - MEC, 2014.

CHARTIER, D. A l'aube des formations par alternance: **histoire d'une pédagogie associative dans le monde agricole et rural**. Paris: Messonance, Éditions UNMFREO, 1986.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

COLATTO, L. Pedagogia da alternância: Escola Família Agrícola. **Castelo Branco Científica**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, jan./jun. 2013.

COSTA, T. P. da. **Educação Contextualizada em Alternância para a Convivência com o Semiárido**: Escola Família Agrícola de Sobradinho – BA. *Anais do VI Workshop Nacional Em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro & III Colóquio de Pós-Graduação do Vale do São Francisco*. Juazeiro, BA: Universidade do Estado da Bahia. PPGESA, 2016. 1º edição, ISSN 2316 – 2373. Disponível em: [http://docs.wixstatic.com/ugd/c5fb29\\_57d46e48fc43402685facca814c4fb15.pdf](http://docs.wixstatic.com/ugd/c5fb29_57d46e48fc43402685facca814c4fb15.pdf)

COSTA, T. P. da. **Educação Profissional em Alternância na Escola Família Agrícola de Sobradinho-BA**. Anais do IV Colóquio nacional, I Colóquio internacional: a produção do conhecimento em educação profissional. 4. Ed, ISSN 2358-1190. Natal, 2017. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017/trabalhos/eixo2/E2A29.pdf>. Acessado em: 06/09/2017.

COSTA, T. P. da. Escola Família Agrícola de Sobradinho: **O Trabalho como Princípio Educativo para o Desenvolvimento do Campo do Semiárido Baiano**. Anais do I Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido - CONIDIS. V.1, ISSN 2526-186X, Campina Grande – PB, 2016. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conidis/resumo.php?idtrabalho=80>

COSTA, T. P. da; NETO, B. P. C; MARTINS, Dannielle R. P. S; GUIRRA, B. S. **Dinâmica Didática Pedagógica do Ensino em Alternância na Perspectiva Agroecológica na Escola Família Agrícola de Sobradinho-EFAS**. *Extramuros*, Petrolina-PE, v. 5, n. 2, p. 86-102, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/1055/713>. Acesso em: 13/01/2018.

DE BURGHGRAVE, T. Autoformação e participação no meio socioprofissional: **abordagem biográfica de dois agricultores do movimento das Escolas Famílias Agrícolas**. 2003. 220 f. Dissertação (Mestrado Internacional em Ciências da Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova Lisboa, Lisboa, 2003.

DE BURGHGRAVE, T. **Vagabundos, não senhor Cidadãos brasileiros e planetários! Uma experiência educativa pioneira do Campo**. UNEFAB. Orizona-GO. 2011.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J.A.; PERNAMBUCO, Marta Maria. *Ensino de Ciências: fundamentos e métodos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Documentos da Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido - REFAISA, 2017.

FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** São Paulo: Loyola, 1979.

FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA. **Revista semestral da Pedagogia da Alternância e Educação do Campo**. CEFFAS. Ano 6 – nº 11. Brasília. UNEFAB, Julho de 2011.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. 44. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação**. 8ª Ed. São Paulo-SP: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREITAS; L. C. **Crítica a Didática e a Organização do Trabalho Pedagógico**. Campinas/SP, Papirus, 1995.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. **A gênese do Decreto n. 5.154/2004**: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: RAMOS, Marise N. (Org.); FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.) **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G. **Trabalho e educação**: formação técnico-profissional em questão. Universidade & Sociedade, São Paulo, n. 5, p. 38-42, 1993.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral dos trabalhadores**. In: Hélio da Costa; Martinho da Conceição. (Org.). Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e Certificação Educacional e Profissional. São Paulo: CUT, 2005c, v. 1, p. 19-62.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições**. São Paulo, Cortez, 2012.

GARCÍA-MARIRRODRIGA, R. PUIG-CALVÓ, P. **Formação em alternância e desenvolvimento local: o desenvolvimento educativo dos CEFAs no mundo**. Tradução: Luiz da Silva Peixoto, João Batista Begnami, Thierry De Burghgrave, Francisco Trevisan, Laine Fátima Ulegon Trevisan. Belo Horizonte. Ed. O lutador. Coleção: AIDEFA. 2010.

GIMONET, Jean-Claude. **Alterance et relations humaines**. Paris: Messonance, 1982.

GIMONET, Jean-Claude. **Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo**: as casas familiares rurais de educação e orientação. In: Pedagogia da alternância: alternância e desenvolvimento. Brasília: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, 1999.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFA's**. Tradução de Thierry De Burghgrave. Petrópolis, RJ. Vozes, Paris, 2007.

GNOATTO, A. A.; RAMOS, C. E. P.; PIACESKI, E. E.; BERNARTT, M. L. **Pedagogia da alternância; uma proposta de educação e desenvolvimento no campo**. Fortaleza, 2006.



GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

IKESHOJI, E. A. B. TERÇARIOL, A. A. de L. AZEVEDO, M. L. N. **Educação profissional e tecnológica: retrospectiva histórica com ênfase na rede federal.** Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 16, n. 3, p. 50-66, set./dez. 2017.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KUMMER, L.; DIZ, V. L. C. de A.; SOARES, R. M. F. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar.**: conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: EBDA, 2007.

LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental.** In: Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, Porto Alegre, v.3, nº1, p. 36-51, 2002.

NOSELLA, P. **Uma nova educação para o meio rural:** sistematização e problematização da experiência educacional das Escolas Família Agrícola do movimento de educação promocional do Espírito Santo. 1977. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Filosofia de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1977.

NOSELLA, P. **Educação no campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil.** Vitória: EDUFES, 2012. 288p.

PESSOTTI, A. **Escola Família Agrícola: Uma Alternativa para o Ensino Rural**. 194 p. Dissertação (mestrado). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 1978.

PISTRAK, A. **Escola Comuna**. São Paulo, Expressão Popular 2009.

PISTRAK, A. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo, Expressão Popular, 2000.

Plano de Curso da Educação Profissional da Escola Família Agrícola de Sobradinho EFAS, 2017 e 2018.

RAMOS, M. **Concepção de ensino Médio Integrado**. 2008. Disponível em <[http://www.iiep.org.br/curriculo\\_integrado.pdf](http://www.iiep.org.br/curriculo_integrado.pdf)> 2007acesso. Fevereiro, 2012.

RAMOS, M. N. **Possibilidades e Desafios na Organização do Currículo Integrado**. In: RAMOS, Marise N. (Org.); FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.) **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

REIS, E. S. **A contextualização dos conhecimentos e saberes escolares nos processos de reorientação curricular das escolas do campo**. [Tese de Doutorado]. Salvador: UNEB/PPGEDUC, 2004.

RIBEIRO, M. **Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 027-045, jan./abr. 2008.

SANTOS, A. R; SILVA, G. J; SOUZA, G. S. **Educação do Campo**. Ilhéus, BA: Editus, 2013.

SAVIANI, D. Educação Socialista, pedagogia histórico-critica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, José Claudinei e SAVIANI, Dermeval: **Marxismo e Educação: Debate Contemporâneo**. Campinas, SP: Autores Associados/HISTEDBR, 2005.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.


SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA/COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Projeto político Pedagógico da Educação do Campo para o Estado da Bahia**.

SILVA, A.F.G. **A construção do currículo na perspectiva popular crítica: das falas significativas às práticas contextualizadas**. Tese (Doutorado em Educação e Currículo). PUC, São Paulo, 2004.

SILVA, L. H. da. As experiências de formação de jovens do campo: **alternância ou alternâncias?** Curitiba, PR: CRV, 2012. 118p.

SOUZA, I.P.F. **A Gestão da Educação Contextualizada no Semiárido**: indagações de um processo. [Tese de Mestrado]. Salvador: UFBA, 2010.

TEIXEIRA, E. S. BERNARTT, M. de L. TRINDADE, G. A. **Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil**: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. Educação e



Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 227-242, mai./ago. 2008.

UNEFAB. União das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. **Educação do Campo**. Revista da Formação por Alternância, Brasília, n.11, 2011.

UNEFAB. União das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. **Histórico das Escolas Família Agrícola**. 2005. Disponível em: <<http://unefab.org.br/home/historico.htm>>. Acesso em: 20 dezembro de 2017.



REALIZAÇÃO E APOIO:



**JUVENTUDE RURAL**

**EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO**

